

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE FONOAUDIOLOGIA
TRABALHO DE MONOGRAFIA II

LETÍCIA LUDOVICO CARVALHO

REFLEXÕES SOBRE RACISMO E ÁREAS DA SAÚDE: ANÁLISE DE *LIVES*
REALIZADAS POR PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO *YOUTUBE*

Porto Alegre

2021

LETÍCIA LUDOVICO CARVALHO

**REFLEXÕES SOBRE RACISMO E ÁREAS DA SAÚDE: ANÁLISE DE *LIVES*
REALIZADAS POR PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO *YOUTUBE***

Trabalho de Monografia II apresentado para o curso de graduação em Fonoaudiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito básico para a obtenção de título em Fonoaudiologia.

Orientador: Professor Dr. Jefferson Lopes Cardoso

Porto Alegre

2021

LETÍCIA LUDOVICO CARVALHO

**REFLEXÕES SOBRE RACISMO E ÁREAS DA SAÚDE: ANÁLISE DE *LIVES*
REALIZADAS POR PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO *YOUTUBE***

Trabalho de Monografia I apresentado para o curso de graduação em Fonoaudiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito básico para a obtenção de título em Fonoaudiologia.

Porto Alegre, 07 de maio de 2021

BANCA EXAMINADORA

M^a Miriam Teresinha Pinheiro da Silva - Debatedora

Prof^a. Dr^a Sandra de Fátima Batista de Deus - Debatedora

AGRADECIMENTOS

À minha família, que à sua maneira, colocam-me em um lugar de saber, o que tem efeitos inimagináveis em mim.

Ao meu orientador, Professor Jefferson, que acompanhou minha jornada acadêmica desde o início, apostou neste trabalho sem questionamentos.

À professora Raquel, que foi a principal incentivadora dessa pesquisa, e que se fez presente no principal momento da jornada acadêmica.

Aos meus guias espirituais, por terem segurado a onda, quando eu acreditei que não fosse dar conta.

Aos meus ancestrais, que não fraquejaram e fizeram de tudo para que eu estivesse ocupando este lugar acadêmico nesse momento.

RESUMO

O racismo é um fenômeno histórico que estrutura e organiza o mundo, tendo consequências severas na saúde da população negra há séculos. Durante o período da pandemia, ocasionado pelo coronavírus, as iniquidades raciais ficaram em evidência. O isolamento social, uma das principais medidas adotadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para contenção do vírus, aumentou orgânica e significativamente os acessos ao universo digital, um dos fenômenos deste período foram as *lives* nas plataformas digitais. Nesse contexto, essa pesquisa tem como objetivo analisar os debates sobre racismo realizados pelas áreas da saúde em *lives* realizadas no YouTube no período de maio a setembro de 2020. A coleta desses vídeos foi feita a partir de um levantamento com três descritores: racismo, *live* e área da saúde (o nome de uma área da saúde por vez); após, foram selecionadas as *lives* que se encaixavam nos critérios de inclusão e exclusão e todas foram transcritas para, por fim, serem analisadas. Foram encontradas 10 *lives* das 14 áreas da saúde. A Psicologia foi a área que mais realizou *lives*, sendo 6 no total. A Educação Física, a Fonoaudiologia, a Odontologia e o Serviço Social apresentaram apenas 1 *live* cada. A Biologia, a Biomedicina, a Enfermagem, a Farmácia, a Fisioterapia, a Medicina, a Medicina Veterinária, a Nutrição e a Terapia Ocupacional não apresentaram nenhum resultado. Após a análise das *lives*, verificou-se que os assuntos mais debatidos foram: falta de representatividade das pessoas negras em espaços institucionais, cotas raciais e a possibilidade de aquilombamento, a necessidade da branquitude na luta antirracista, o protagonismo das pessoas negras em diversos ambientes.

Palavras-chave: Racismo; Áreas da Saúde; *Lives*; *YouTube*.

ABSTRACT

Racism as a historical phenomenon that structures and organizes the world has had severe consequences on the health of the black population for centuries. During the pandemic period, caused by the novel coronavirus, racial inequities were evidenced. Social isolation, one of the main measures adopted by the World Health Organization (WHO) to contain the virus, naturally and significantly increased access to the digital universe and one of the phenomena of this period was the boom of live streams on digital platforms. In that regard, this research aims to analyze the debate about racism carried out by different health areas in the period from May to September of 2020 on YouTube live streams. The gathering of live streams was composed from a search with three descriptors: racismo (racism), live (live stream) and saúde (health); afterwards, those that fit the inclusion and exclusion criteria were selected and transcribed so that they could be analyzed. Ten live streams were found in 14 possible health areas. Psychology was the area that most performed live streams, with six in total. Physical Education, Speech-Language Pathology/Audiology, Dentistry and Social Work presented only one live each. Biology, Biomedicine, Nursing, Pharmacy, Physiotherapy, Medicine, Veterinary Medicine, Nutrition and Occupational Therapy did not perform any live streams within the analyzed period. Five live streams were analyzed, one of each health area. The most debated subjects were lack of representation of black people in institutional spaces, racial quotas and the possibility of aquilombamento (empowering of black people through the formation of groups), the need for whiteness in the anti-racist struggle, and the role of black people in different environments. This result demonstrates how precarious the anti-racist debate is in the areas of health.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 ENTENDENDO O RACISMO E SEU ENTRELAÇAMENTO COM A SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA	12
2.1 RAÇA E RACISMO: RESGATANDO CONCEITOS HISTÓRICOS	12
2.2 BRANQUITUDE: CONCEITO CHAVE PARA COMPREENDER AS RELAÇÕES RACIAIS	15
2.3 O RACISMO E A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA	19
2.4 O PAPEL DO ATIVISMO DIGITAL NA PROMOÇÃO DO DEBATE ANTIRRACISTA DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	23
3 METODOLOGIA	25
3.1 DELINEAMENTO	25
3.2 AMOSTRA	25
3.3 COLETA DE INFORMAÇÕES	27
3.3.1 Critérios de inclusão	27
3.3.2 Critérios de exclusão	28
3.4 LOGÍSTICA	28
3.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
4.1 ESCUTANDO PROFISSIONAIS DA SAÚDE QUE ESTÃO NA LUTA ANTIRRACISTA	34
4.1.1 A falta de representatividade negra durante a vida	36
4.1.2 Revertendo a lógica racista: a universidade que precisa dos(as) negros(as)	40
4.1.3 Utilizando artifícios de nossos ancestrais: os quilombos contemporâneos	43
4.1.4 Caras pessoas brancas, eis aqui um chamado	45
4.1.5 O pioneirismo dos(as) negros(as) em espaços institucionais importantes	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

1 INTRODUÇÃO

*“quando escrevo, quando invento, quando crio a
minha ficção, não me desvencilho de um
corpo-mulher-negra em vivência e que por ser
esse o meu corpo, e não outro, vivi e vivo
experiências que um corpo não negro e não
mulher, jamais experimenta.”
(Conceição Evaristo)*

Antes de iniciar as colocações deste trabalho, penso ser necessário fazer uma retomada do porquê escolhi este tema. Assim como Conceição Evaristo, acredito que quem escreve sempre parte de um lugar. Neste caso, parto do lugar de uma mulher negra de pele clara e nortista.

O desejo de falar sobre racismo surgiu do fato de o tema ter sido precariamente abordado durante a minha formação escolar, desde o ensino básico até o superior, embora esteja prescrita nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todos os níveis da Rede de Ensino. A minha trajetória enquanto mulher negra foi atravessada por um desejo da branquidão e por uma certa inquietação por não encontrar meu lugar no mundo, sendo sempre a que era apontada e marcada como negra, índia, moreninha, pretinha, geralmente por pessoas brancas.

Assim como descreve Frantz Fanon, logo nas primeiras linhas da sua obra, *Pele Negra Máscaras Brancas* (1983), meu único desejo era ser humana, mas, para isso, era necessário me embranquecer. Embora na escrita de Fanon ele fale em nome de pessoas negras retintas, especificamente dos(as) martinicanos(as), a relação que estabeleço nesse ponto é o ideal do que é ser humano, que, no meu caso e no caso descrito por Fanon, é ser branco(a). Por muitos anos, especialmente durante a infância, eu carreguei comigo esse desejo: alisei o cabelo, passei horas a mais no banheiro para tentar tirar a cor escura dos joelhos e cotovelo, fiz rituais diários apertando o nariz para tentar afiná-lo e levantá-lo – todas as ações entrelaçadas a um imaginário racista que já estava no mundo antes de eu nascer. Não foi necessário, portanto, que alguém materializasse em palavras que ser negro(a) era ruim ou feio, mesmo porque eu sou de uma família de pessoas negras, meu pai um negro de pele retinta e minha mãe uma negra de pele clara, que não

discursavam esse ideal em casa. Ora, hoje compreendo a Letícia criança, hoje a abraço e consigo refletir sobre a pergunta: como se espera que a população negra se autodeclare quando as referências ao redor são de pessoas brancas?

O acesso a uma educação antirracista desde o ensino básico que me ajudasse a enxergar a complexidade que meu corpo representa em um país racista teria me dado sustentação para lidar com o meu *eu* e com o mundo. A ausência dela fez esse processo ser doloroso. Ao olhar para minha formação e perceber que o sistema escolar ofereceu pouquíssimos momentos de reflexão sobre racismo faz eu chegar até aqui com o desejo de, minimamente, contribuir no fomento dessa discussão que me atravessa e que acredito ser imprescindível. Quando paro para pensar sobre a discussão na escola a respeito das questões de gênero, LGBTQIA+fobia, gordofobia ou capacitismo, não me vem nenhuma recordação. O caminho para uma sociedade com maior equidade racial ainda é longo, e as reflexões, questionamentos e posicionamentos são urgentes.

As iniquidades raciais impactam a saúde da população negra e indígena, o que reflete em uma vivência carregada de marcas negativas para pessoas não brancas, assim como eu. Enquanto futura Fonoaudióloga, enxergo-me sendo agente potente de mudanças no contexto da área da saúde. Para tanto, acredito ser necessário compreender teoricamente o que é o racismo e como ele molda as relações sociais, para além do campo da individualidade. O racismo, como dissertado neste trabalho, é colocado enquanto uma organização histórica e social que estrutura¹ todas as instâncias de funcionamento do mundo (MOORE, 2012). Logo, não se trata de um compromisso moral, ético ou somente político, mas uma obrigação institucional conjunta.

A desigualdade racial, assim como outros problemas sociais profundos e complexos existentes no Brasil, tem se tornado mais evidente com a crise sanitária ocasionada pela pandemia do coronavírus (GOES, RAMOS, FERREIRA, 2020). A necessidade de falar sobre racismo torna-se evidente frente a esse contexto, pois, para avançarmos enquanto sociedade e sairmos dessa pandemia com uma nova

¹ Neste trabalho, quando eu falar em estruturas, pensem em um projeto arquitetônico de uma casa. Por exemplo, caso eu tire a cadeira que compõe a mesa da cozinha, não muda absolutamente nada nessa estrutura, mas se eu tirar um pilar importante, tem muitos riscos de cair. O racismo é este pilar importante que sustenta toda a estrutura do nosso país.

perspectiva, necessariamente precisamos rever como o racismo organiza todas as nossas estruturas sociais e subjetivas. O processo de desenvolvimento de um país fincado no mito da democracia racial foi impulsionado pelos escritos de Gilberto Freyre na década de 1930, que fez com que chegássemos nesse momento histórico ancorados no racismo. Reconheço as outras estruturas sociais complexas que estruturam o país, mas neste trabalho foco meu olhar no racismo.

A pandemia, ocasionada pelo coronavírus, em 2020, modificou completamente nossa forma de experienciar o mundo. Para contenção da crise sanitária e espalhamento do vírus, a Organização Mundial da Saúde (OMS) incentiva que todos os países adotem o isolamento social. Por conta desse distanciamento, houve um aumento na onda de *lives* nos meios digitais sobre diversos assuntos e gêneros. Quem teve a possibilidade de ficar em casa readaptou a rotina e logo adentrou em um universo mais virtual do que presencial. Este contexto, somado ao assassinato de duas pessoas negras, George Floyd², nos Estados Unidos, no dia 20 de maio de 2020, que fez renascer as movimentações do *Black Lives Matter*³, e o assassinato do João Pedro⁴ no Brasil, 7 dias após, fizeram com que as discussões sobre racismo ficassem em evidência nos meios digitais. Nessa onda de *lives*, eu também pude contribuir: realizei uma série de *lives* em meu Instagram pessoal sobre racismo e minha trajetória enquanto mulher negra. Acredito que esta escrita tem muito das vivências que tive durante esse período de pandemia.

² O Portal de Notícias G1, publicou no dia 27/05/2020, sobre a morte de um homem negro em Minnesota, nos Estados Unidos, que causou uma onda de indignação depois da divulgação de um vídeo que mostra um policial branco ajoelhado no pescoço dele. Nas imagens, George Floyd, de 40 anos, reclama e diz repetidamente: "Não consigo respirar". Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>

³ Vale ressaltar que o Movimento *Black Lives Matter* nasceu quando George Zimmerman foi inocentado por um júri, quase todo composto por brancos, em 2013. Após a morte do George Floyd, portanto, esse movimento volta com toda a força. Informações coletadas do portal G1 de notícias, disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/30/morte-george-floyd-reacende-a-historia-de-violencia-contra-negros-nos-eua.ghtml>

⁴ G1 noticiou no dia 20/05/2020 o assassinato de João Pedro, adolescente negro de 14 anos, vítima de uma operação policial na região metropolitana do Rio de Janeiro, São Gonçalo. João morreu 7 dias após George Floyd. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/20/o-que-se-sabe-sobre-a-morte-a-tiros-de-joao-pedro-no-salgueiro-rj.ghtml>

Atualmente, ao menos dois estudos, de Barrie (2020) e de Santos e Moraes (2021), demonstram o efeito George Floyd, ou seja, uma sensibilização à temática do racismo evidenciada pelas buscas na internet feitas por internautas⁵. O segundo estudo, embora tenha como recorte de análise os Estados Unidos, fez uma referência ao Brasil, relatando que “no Brasil nunca foram realizadas tantas buscas por racismo quanto em 2020” (SANTOS E MORAES, 2021, p.12).

A partir disso, como objetivo geral, foi delimitado: discutir de que forma as áreas da saúde promoveram, ou não, debates virtuais através de *lives* na plataforma *YouTube* sobre racismo e saúde, a partir de instituições públicas ou privadas. Como recorte temporal, foram escolhidos os meses de maio a setembro de 2020.

Além disso, este trabalho também objetiva analisar quais as áreas da saúde promoveram o debate sobre racismo no período da análise e discutir os principais pontos abordados nos debates selecionados. Foi realizada uma busca a partir de descritores: *live*, racismo e cada área da saúde (Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Biomedicina etc), desde que dentro do canal de alguma instituição.

Para tanto, algumas exposições histórico-teóricas serão abordadas a fim de se compreender racismo e raça (capítulo 2.1), branquitude (capítulo 2.2) e saúde da população negra (capítulo 2.3). Após análise das *lives* selecionadas, foram discutidos temas como: quilombo e cotas raciais, a importância da representatividade negra e, por fim, o protagonismo inédito de pessoas negras em vários ambientes ainda nos dias atuais. Nas considerações finais, esperamos dar subsídio teórico e crítico para que profissionais da saúde possam conscientizar suas atuações.

Uma situação vivenciada no Congresso de Otorrinolaringologia em 2019, marcou a minha trajetória acadêmica e aumentou meu desejo de contribuir para a discussão do racismo na área da saúde, além das outras motivações colocadas anteriormente. Na época, eu não tinha noção da dimensão do racismo e de que a situação vivenciada foi um ato racista e de violência explícita. Uma Fonoaudióloga branca, em uma sala com mais de 100 pessoas, rebateu um comentário meu, de forma violenta, com as seguintes frases: “no Brasil não existe racismo, o que falta

⁵ Usuário regular dos meios virtuais.

pra gente é respeito”, “se negros morrem mais, é porque existem mais negros do que brancos nas favelas”, “pra mim, não existe isso de racismo, isso é algo que foi criado para separar brancos e negros”, todas disparadas no mesmo discurso de uma forma rápida e violenta.

A Fonoaudióloga em questão era palestrante, cujo a temática era “comunicação não violenta”. Sua palestra foi pautada em demonstrar seu trabalho, que por sua vez, é ensinar policiais a se comunicarem melhor com a comunidade. Eu, ao final da palestra, elogiei sua fala e trabalho, complementei dizendo que era de suma importância visto que a Polícia Militar brasileira é a que mais mata. Eu também disse que ouvindo sua palestra e pensando nos índices de morte da população negra pela polícia, cheguei rapidamente na hipótese de que a comunicação pudesse estar diretamente ligada a fatores como raça, gênero e outros. A resposta dela frente à minha fala foi feita de uma forma tão agressiva que eu deixei de ir nos outros dias para o Congresso, por vergonha. Senti no corpo a dor do racismo. Hoje, entendo as posições de poder que ela ocupava, não só por ser palestrante, falando em uma sala com mais de 100 pessoas, e eu apenas uma estudante de Fonoaudiologia, mas também por ela ser branca e eu, negra. Deixo registrado esse dia em meu estudo, para demonstrar que consegui ressignificar essa dor e transformá-la em ação concreta no combate ao racismo institucional.

2 ENTENDENDO O RACISMO E SEU ENTRELAÇAMENTO COM A SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA

2.1 RAÇA E RACISMO: RESGATANDO CONCEITOS HISTÓRICOS

Ao falar de racismo, o reflexo direto é pensar nas discriminações direcionadas diariamente à população negra. Mas tratar o racismo apenas enquanto questão individual é deixar escapar questões maiores como a violência, que culmina em mortes, e diversos outros fenômenos sociais como encarceramento em massa da população negra, solidão das pessoas negras, alto índice de morte de jovens negros. A questão racial no Brasil tem suas raízes mais profundas do que simplesmente um sentimento de discriminação de um indivíduo pelo outro. Para não cair em “uma tendência crescente para trivializar o racismo, seja relegando-o à esfera puramente das relações interpessoais, seja reduzindo-o ao plano de meros preconceitos que todo o mundo tem” (MOORE, 2012, p. 23), faz-se necessário um resgate sobre o que é o racismo. Para este trabalho, é necessário pontuar o que se compreende por esse grande tema e qual teoria ajudará a me *sulear*⁶.

Desde já, compreendo que uma das possibilidades para inverter a lógica racista é utilizar como munição conceitos e teorias. O cubano Carlos Moore (2012), homem negro e ativista, que deu uma contribuição importantíssima sobre a discussão do racismo, afirma que o racismo está arraigado em todas as instâncias de funcionamento do mundo, cultura, economia, política, moldando nossos imaginários sociais. A escolha pelo teórico foi feita pelo olhar abrangente que o autor coloca na temática, abordando-a não apenas por um viés de sentimento ou preconceito de um indivíduo pelo outro, mas, segundo suas palavras, como um fenômeno intrínseco em diversos níveis da estrutura social:

Nas sociedades atuais, os recursos vitais se definem em grande medida em termos de acesso: à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer, e até ao direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e pelas forças incumbidas da manutenção de paz. O racismo veda o acesso a tudo isso, limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função do seu fenótipo. (MOORE, 2012, p. 284).

⁶ *Sulear* é utilizado a fim de inverter a lógica de que o norte é a nossa referência. Portanto, é uma forma de decolonizar nossa linguagem e contrariar a lógica eurocêntrica (CAMPOS, 2019).

Mais adiante, o autor segue argumentando que a finalidade do racismo é a estruturação e a sustentação de sistema de gestão dos recursos em termos racialmente monopolistas, ratificando que vai para além de um sentimento, mas um fenômeno histórico, cultural, em prol de interesses e de manutenção de recursos concretos e simbólicos (MOORE, 2012). Nessa lógica, o racismo não é uma questão a ser “superada” através da empatia, uma vez que ele serve ao modelo econômico capitalista e liberal, que explicitamente tem interesses em manter as desigualdades para que uma elite branca mantenha seus privilégios (FERNANDES, 2021). Privilégios não quer dizer ausência de sofrimento, mas sim a possibilidade de estar no mundo sem precisar, em nenhum momento, questionar a própria raça. Necessariamente para haver uma parcela da população privilegiada, outra precisa estar em situação marginalizada.

Foram necessários anos de repressão e subalternização de pessoas negras para chegar no ponto em que o racismo estrutura todas nossas formas de visualizar e vivenciar o mundo. É neste ponto em que começo a retomada histórica de fato, pois, para que se compreenda o racismo, precisa-se voltar para suas bases.

Em primeiro momento, convoco Fátima Oliveira (2002) para compor esse diálogo. Fátima foi uma mulher negra, feminista e que deixou um legado de uma saúde antirracista. Seu escrito sobre a saúde da população negra revela que o racismo repousa na mentira incomensurável de que as raças podem ser hierarquizadas a partir de critérios biológicos. Segundo Kabengele Munanga (2004), teórico que se aprofundou nos estudos das supostas diferenças de raça, bem como nos estudos acerca de racismo, identidade e etnia, aponta que as bases ideológicas do racismo estão antes do século XVII. Nesse período, iniciou o que se conhece atualmente como *racismo científico*. Os cientistas naturalistas da época fizeram algo que deixou marcas profundas na humanidade: hierarquizaram as raças e estabeleceram uma escala de valores.

Linneu (1738), um dos principais cientistas naturalistas da sua época, pontuou dois critérios que fizeram total diferença na forma com que olhamos uns aos outros atualmente: um deles faz referência à cor da pele como uma característica importante de diferença entre os seres humanos, e o outro distingue

as raças segundo alocações geográficas (OLIVEIRA, 2002). Munanga (2004) descreve como foram distribuídas as características segundo a geografia:

Americano, que o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado. **Asiático**: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas. **Africano**: negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes(despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados. **Europeu**: branco, sangüíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas. (MUNANGA, 2004, p. 9)

Munanga (2004), no mesmo escrito, argumenta que tal hierarquização advém da tentativa de aproximação de “uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais” (p. 05). Restaram às pessoas negras características antagônicas em relação às pessoas brancas, estas bonitas, inteligentes, mais aptas para dirigir e dominar outras raças; aquelas estúpidas, incapazes, menos inteligentes. Esse antagonismo repercutiu até os dias atuais, moldando nossa linguagem, o modo com que a gente olha *as outras pessoas* e todas as nossas relações.

Os cientistas naturalistas tentaram, de diversas formas, comprovar suas teorias pseudocientíficas, mas não encontraram nada que justificasse que as diferenças fenotípicas pudessem estar ligadas à moral ou à inteligência. Diante disso, Munanga (2004) conclui que o conceito de raça “é carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação”. Em outras palavras, a construção de raça é única e exclusivamente uma construção histórico-social, e não há fundamento genético que distinga as raças humanas (OLIVEIRA, 2002). É importante entender a raça como essa relação de poder, que nos coloca em posições hierárquicas diferentes de diversas formas: distribuição de recursos desiguais, constituição de subjetividade, distribuição de sujeitos dentro das instituições e a forma de arquitetura do nosso território. Há uma produção de vida e de morte ligada a essa ideia de raça como construção social, pois a raça define esses eventos (MBEMBE, 2018).

Essa constatação não implica dizer que somos todos iguais. Pelo contrário, constata que a concentração de melanina na pele e os traços fenotípicos são utilizados historicamente para justificar opressão, violência e marginalização. As

nossas diferenças têm gerado posições subalternas para as pessoas negras na sociedade e, por outro lado, privilégios para a população branca, que é mantida por uma ideologia em um pacto que é consentido consciente ou inconscientemente: *a ideologia da branquitude*.

2.2 BRANQUITUDE: CONCEITO CHAVE PARA COMPREENDER AS RELAÇÕES RACIAIS

Como visto no capítulo anterior, o(a) branco(a) foi representado(a) na história como um ser humano ideal, belo, bonito e inteligente. Fanon, autor citado na introdução deste trabalho, tenciona essa temática em *Pele Negras Máscaras Brancas*, publicada em 1983, trazendo que as máscaras brancas, na realidade, são uma exigência da sociedade colonial que invisibiliza qualquer outra possibilidade de sujeitos que não brancos. Em outras palavras, o que Fanon quer dizer é: a pessoa negra é uma invenção das pessoas brancas, e não existe outra possibilidade de ser e existir que não seja branca. Antes do colonialismo, existiam diversos povos africanos, mas com a chegada dos europeus, eles apenas enxergavam corpos negros.

Neusa Santos Souza, mulher negra e uma importante ativista brasileira, corrobora com essa visão de Fanon. A intelectual, em sua obra *Tornar-se Negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social* (1990), afirma “ser negro não é uma condição dada a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.” (p. 77). Na prática, isso significa o desejo da brancura, o desejo de ser o que esse(a) outro(a) branco(a) é. Essa definição é importante, pois quem cria o(a) negro(a) são as pessoas brancas. Aqui, neste capítulo, portanto, dedica-se um tempo para entender a branquitude enquanto ideologia.

O conceito de branquitude é um elemento essencial para a compreensão das relações raciais e do racismo. Em linhas gerais, a branquitude é esse lugar de privilégio estrutural em que os(as) brancos(as) vivem (SCHUCMAN, 2014). Chamo Maria Aparecida Bento para o diálogo, pois a teórica e ativista negra produziu uma crítica que conversa com a referência trazida anteriormente neste trabalho: esse lugar de privilégio das pessoas brancas não é produzido pela sua genética, mas sim pelos seus lugares sociais construídos para que determinadas lógicas de privilégios,

vantagens e direitos sejam mantidas (BENTO, 2014). Ou seja, branquitude é uma ideologia que auxilia na manutenção de privilégios.

Essa temática está nessa discussão pois há uma certa tendência em tratar o racismo a partir da perspectiva das pessoas oprimidas e quase nunca do contrário. Por essa razão, muitas pessoas acreditam que a questão racial é somente um assunto para pessoas negras, tirando completamente a responsabilidade das pessoas brancas do debate, restando delas apenas a ausência, o silêncio e a omissão. O racismo, portanto, repousa nesse silêncio e faz com que se acredite em uma democracia racial (BENTO, 2002).

O mito da democracia racial é conveniente para um país racista como o Brasil, é o que a branquitude precisava para se ausentar do debate racial. Até hoje tal teoria está deitada em berço esplêndido. A construção deste mito aparece na obra *Casa Grande Senzala* de Gilberto Freyre (1933), homem branco e um dos principais intelectuais do Brasil à sua época. Este livro foi importante para consolidar o ideário da democracia racial naquela época. Ele tem repercussões em nossos imaginários até hoje, especialmente fazendo com que muitas pessoas brancas acreditem que não são racistas, em casos piores, não enxergando o racismo como uma realidade. Compreende-se, portanto, a situação violenta por mim vivida no Congresso de Otorrinolaringologia, relatada na introdução deste trabalho.

Sueli Carneiro (2003), intelectual negra importante da atualidade, aponta que a construção deste mito e a permanência até os dias atuais “evidencia, por si, sua função estratégica, sobretudo como apaziguador das tensões étnico-raciais.” (p. 62). A exemplo disso, pensemos em nossos cotidianos e em quantas vezes escutamos “no Brasil não há racismo, somos todos humanos” – tal frase tem suas bases no mito da democracia racial.

Compreendem-se as palavras de Sueli Carneiro (2003) quando ligadas ao contexto vivido na época de pós-abolição, em que uma massa de pessoas negras e pobres, sem nenhum recurso e/ou plano de governo, ficou à deriva. Bento (2002) disserta que brasileiros e brasileiras têm dificuldades para lidar com esses fatos:

Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e

simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. (BENTO, 2002, p. 7).

Nesse sentido, era mais fácil os(as) brancos(as) criarem o mito de que as raças viviam de forma harmônica do que remanejar a população negra a trabalhos dignos e remunerados, distribuir terras, assegurar recursos materiais para que saíssem da posição subalterna. Vale lembrar que nesta época os políticos e a elite branca tomaram medidas que foram essenciais para que a escravidão adquirisse outras características mas se mantivesse presente. Uma delas foi a Lei de terras, por exemplo, uma estratégia que impediu pessoas negras de adquirirem terras e fortaleceu ainda mais uma elite branca. Outra medida foi a Lei Eusébio de Queiróz, que tinha como finalidade incentivar a vinda de imigrantes europeus para “melhorar” o país, baseada na lógica do branqueamento (MENDES, 2009).

Embora não tenha sido legitimado mais recentemente com um Apartheid, como na África do Sul, ou com uma legislação como a *Jim Crow* nos Estados Unidos, o racismo no Brasil é um mecanismo perverso que autoriza a subalternidade da raça em outros parâmetros, como a segregação racial em uma economia industrial (ALMEIDA, 2018). Isso fica evidenciado na sobrerrepresentação dos(as) negros(as) nas camadas mais pobres na atualidade, que tem suas raízes no contexto histórico apresentado anteriormente.

As pessoas brancas, portanto, teorizaram e disseminaram o mito de que vivemos em uma sociedade igual e harmônica, a fim de proteger seus próprios privilégios materiais e simbólicos, e isto foi o que Maria Aparecida Bento (2002) chamou de “pactos narcísicos”. Por isso, refletir sobre a branquitude no país repousado no mito da democracia racial é importante. Só a partir da compreensão deste *modus operandi* que será possível deslocar o racismo da perspectiva do(a) oprimido(a) e ao mesmo tempo responsabilizar o(a) opressor(a).

A falta de crítica da branquitude em se reconhecer racializada⁷ e, portanto, com privilégios auxilia na legitimação e manutenção das iniquidades raciais. O chamado para que a branquitude esteja presente na luta pela equidade racial aparece no discurso de muitas pessoas negras, inclusive no das pessoas presentes nas *lives* analisadas.

Em suma, falar sobre branquitude é falar sobre a posição positivada que um corpo branco ocupa na estrutura social, que tem o poder e o privilégio sobre os demais. Por conta disso, trago alguns questionamentos para refletirmos juntos(as) sobre o que é obtenção de privilégios materiais e simbólicos: pensando em privilégios materiais, que tipo de corpos detém a mão de obra intelectual? E a mão de obra manual? Quanto aos privilégios simbólicos, podemos questionar: quem pode entrar e sair de uma loja sem ser notado? Quem pode sair de casa sem pensar em carregar mais de um documento para provar a sua identidade? Esses e tantos outros questionamentos são válidos para serem lembrados no cotidiano. Convido-os a refletirem outras situações que o racismo esteja como elemento principal.

Para encaminhamento final dessa discussão, é importante citar o teórico Lourenço Cardoso (2010), psicólogo negro que estuda a branquitude e tem apontado uma diferenciação entre branquitude crítica e acrítica. Essas duas denominações dão um sul para onde as pessoas brancas podem começar a refletir sobre onde elas se encaixam. Outra intelectual importante que fez grandes contribuições para a temática no Brasil é Lia Vainer Shucman (2014)⁸, que é uma mulher branca e fala desse lugar de privilégio.

Finalizo este tópico reiterando que países que possuem uma pluralidade de raças e etnias como o Brasil precisam reconhecer que a cor da pele implica o racismo automaticamente (LIMA E VALA, 2004). O mito da democracia racial, imposto de uma forma perversa, fez-nos por séculos esquecer de analisar e olhar

⁷ *Racialização* é o “termo usado para descrever processos sociais, culturais, econômicos e psicológicos que fazem raça importante e as formas que raça é usada como uma base para desigualdade e discriminação” (SWAN, 2010, p. 667). Ou seja, a pessoa racializada compreende o que os seus fenótipos e a cor da sua pele significam em uma sociedade racista. Sendo negro(a) implica o reconhecimento e a vivência do racismo, sendo branco(a) implica o conhecimento de que há privilégios e podendo oprimir.

⁸ Vale deixar de referência, a própria Lia Vainer falando sobre racismo em uma *live* no *YouTube* realizada em 2020, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7QIPqpAXkIg&ab_channel=fala%2Cdiversidade%21

criticamente para um dos principais problemas do racismo: a branquitude. Ao se compreender os privilégios da branquitude e seus impactos, fica mais palpável tomar atitudes concretas de combate ao racismo.

Jurema Werneck (2016) é uma das autoras que propõe ações em prol da saúde da população negra, as quais passam, necessariamente, por um comprometimento das universidades com a formação de profissionais da saúde. É fundamental que as(os) profissionais brancas(os) da saúde possam perceber seus privilégios e construir práticas antirracistas.

2.3 O RACISMO E A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

A década de 1980, marcada por inúmeras reivindicações sociais de grupos minoritários – mulheres, negros, homossexuais e outros – na busca por maior cidadania, foi essencial para a concepção de um sistema universal de saúde com integralidade, equidade e participação social (SOUZAS, 2005; WERNECK 2016). A Conferência Nacional de Direitos e Saúde da Mulher (1986), a II Reunião Nacional de Mulheres Negras (1997) e a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida (1995) foram alguns dos vários eventos que ajudaram a explicitar e reivindicar a importância de se formular estratégias e diretrizes voltadas para saúde da população negra. Um dos principais foi a Marcha Zumbi dos Palmares, pois auxiliou a vincular racismo e vulnerabilidade em saúde nas agendas públicas. Tais formulações foram realizadas fruto, especialmente, da luta de Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro (WERNECK, 2016; OLIVEIRA, 2002). Desde então, portanto, há o entrelaçamento no debate entre racismo e saúde da população negra.

O Movimento Negro e de Mulheres Negras desde a década de 1980 reivindicam melhores condições para a população negra, sabendo do impacto que o racismo causa na saúde. Até hoje, o racismo institucionalizado, segundo Werneck (2016) é a dimensão mais negligenciada do racismo. A autora segue argumentando que o Racismo Institucional⁹ reproduz e/ou mantém as iniquidades raciais, pois

⁹ Conceito que permite a compreensão da discriminação indireta do racismo que ocorrem nas instituições, nas políticas públicas, nas políticas organizacionais, ou seja, na dimensão política e social (Silva et al., 2009).

corresponde a formas organizativas, políticas, normativas e práticas que resultam em tratamentos desiguais.

A exemplo de como as questões raciais são omitidas institucionalmente, cito a minha experiência de formação em uma universidade pública, na qual foram cinco anos me preparando para me tornar uma Fonoaudióloga, para compor o futuro quadro de profissionais da saúde, sem, no entanto, refletir, conhecer ou debater sobre racismo. Ainda existe uma lacuna enorme acerca de temas sociais na formação em saúde. Os(as) profissionais são preparados(as) para atender o público em geral, mas sem reflexões críticas de que seus olhares podem estar defasados e infectados por um mau intrínseco na estrutura social. Tais profissionais saem da Universidade despreparados(as) para lidar com racismo, machismo, gordofobia, capacitismo, transfobia, homofobia, lesbifobia etc. Não seria a universidade o espaço ideal para capacitar profissionais socialmente? Paulo Freire (1998), importante intelectual na área da Educação, afirma que somente por intermédio da educação que há libertação do oprimido, caso contrário o sonho do oprimido passa a ser virar opressor. Com isso, o filósofo incentiva que a educação seja um processo de problematização da realidade, a fim de que os(as) educandos(as) sejam agentes de transformação do mundo.

Ainda em seu artigo sobre Racismo Institucional e saúde da população negra, Werneck (2016) traz por que é extremamente importante interligar saúde e práticas antirracistas: para além de gerar desigualdades sociais, o racismo é um fator central na produção das iniquidades em saúde. A autora argumenta:

Cabe reconhecer que, como campo de pesquisa, formulação e ação, a saúde da população negra se justifica: pela participação expressiva da população negra no conjunto da população brasileira; por sua presença majoritária entre usuários do Sistema Único de Saúde; por apresentarem os piores indicadores sociais e de saúde, verificáveis a partir da desagregação de dados segundo raça/cor; pela necessidade de consolidação do compromisso do sistema com a universalidade, integralidade e equidade, apesar deste último ter sido longamente negligenciado, especialmente do ponto de vista da justiça social; pela existência de obrigação amparada em instrumentos legais. (WERNECK, 2016, p. 539).

Na citação acima, nota-se a importância de se olhar para a saúde da população negra, especialmente em um país como o Brasil. Os(as) futuros(as) profissionais da saúde precisam estar atentos(as) às iniquidades raciais

ocasionadas pelo racismo, além de preparados(as) para observar as formas minuciosas e veladas de como o racismo se coloca no Sistema de Saúde. Importante lembrar, porém, que o Sistema é feito de pessoas e que, portanto, é necessário uma mudança de dentro para fora, das epistemologias e do imaginário de cada um(a) para o todo (estruturas sociais), o que exige uma formação antirracista desde a educação básica até o ensino superior.

As lutas sociais das décadas de 1980 e 1990 auxiliaram na inserção do quesito raça/cor na Declaração de Nascidos Vivos e de Óbitos. Os dados levantados após esta inserção evidenciaram a diferença na taxa de mortalidade entre a população negra e a população branca, desencadeando, futuramente, na criação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada em 2006 (PNSIPN). Em 2008, a PNSIPN foi pactuada na Comissão Intergestores Tripartite e publicada pelo Ministério da Saúde em 2009. Futuramente, veio a ser implementada na Lei nº 12.288/2010 (Brasil, 2010) e aprovada pelo Congresso Nacional em 2011 (WERNECK, 2016; BATISTA, BARROS, 2017; OLIVEIRA, 2002).

É interessante pontuar que a PNSIPN é uma das únicas políticas que está no corpus de uma Lei. Geralmente, as Políticas Públicas cumprem bem seus devidos papéis, sem necessariamente precisarem de uma Lei para que sejam respaldadas. Mas o que se observa, além de um desconhecimento dessa política, é uma resistência em seu cumprimento (NETO, *et al*, 2015; COSTA, 2019). O desconhecimento e o descumprimento da PNSIPN só reiteram que o problema racial do Brasil não será combatido *somente* com Leis. É imprescindível que haja mudanças em todas as nossas estruturas, perpassando por cultura, linguagem, política, economia, direito, educação. Verifica-se, portanto, que mesmo com anos de luta e ganhos, ainda há uma caminhada longa e necessária.

A Comissão de Determinantes Sociais em Saúde (CDSS), uma iniciativa que visa identificar com maior precisão as causas de natureza social, econômica e cultural da situação de saúde da população, incluiu o racismo e o sexismo como fatores produtores de vulnerabilidades em saúde. Tal Comissão tem uma visão mais humanitária e abrangente das condições de saúde, entendendo que o indivíduo está inserido em uma macroestrutura que também deve garantir a sua segurança e saúde. (BUSS, FILHO, 2007). A inclusão do racismo como um Determinante Social

aponta, mais uma vez, para a importância do olhar do(a) profissional de saúde para questões sociais, mostrando também que a questão racial precisa ser vista com cautela, para que não seja esquecida nos diversos campos de atuação da saúde.

No SUS (Sistema Universal de Saúde), as necessidades da população negra estão demarcadas desde a estruturação do sistema, visto que este tem uma proposta central de que todos(as) tenham direito à saúde de qualidade. Paim (2008) aponta que:

Esse direito está ligado à condição de cidadania. Não depende do “mérito” de pagar previdência social (seguro social meritocrático), nem de provar condição de pobreza (assistência do sistema de proteção), nem do poder aquisitivo (mercado capitalista), muito menos da caridade (filantropia). PAIM, 2008, p. 42.

Ou seja, reitera que o SUS é baseado na seguridade social, que aponta para uma sociedade democrática e com maior equidade. Pode-se perceber que não deveria haver discriminações por profissionais inseridos(as) dentro desse sistema, mas sim formas diferenciadas de tratamento para melhor acolhimento de certos grupos sociais. Além disso, como citado anteriormente, existe a PNSIPN, que ainda que reconheça a relação entre racismo e vulnerabilidade em saúde, não consegue impedir que o racismo institucionalizado e individual guie as práticas de muitos profissionais. Werneck (2016) corrobora com essa visão denunciando as desigualdades de tratamento, bem como seus impactos na população negra, no trecho:

No entanto, as decisões de política e gestão de saúde têm sido tomadas como se os dados não indicassem a ampla disparidade e o tratamento desigual que a sociedade e o Sistema Único de Saúde produzem ou sustentam, com enormes prejuízos para negros e indígenas, principalmente, diferentemente dos brancos. Os dados epidemiológicos desagregados segundo raça/cor são consistentes o suficiente para indicar o profundo impacto que o racismo e as iniquidades raciais têm na condição de saúde, na carga de doenças e nas taxas de mortalidade de negras e negros de diferentes faixas etárias, níveis de renda e locais de residência. Eles indicam, também, a insuficiência ou ineficiência das respostas oferecidas para eliminar o *gap* e contribuir para a redução das vulnerabilidades e para melhores condições de vida da população negra. (WERNECK, 2016, p. 540).

Diante do que foi exposto, é difícil negar o impacto que o racismo tem na saúde da população negra. Esta, como já se viu, ocupa posições diferentes de

peças brancas na estrutura social, o que acarreta em diferenças na trajetória individual e familiar, afetando diretamente a qualidade de vida. As barreiras existentes no acesso a bens, serviços de saúde, oportunidades, melhores condições de emprego, melhores salários, fazem com que a população negra seja exposta a diferentes fatores, tornando-a mais vulnerabilizada.

Nesse sentido, falar sobre racismo e saúde requer um olhar atento por parte, especialmente, de futuros(as) profissionais de saúde. A contribuição deste trabalho para a minha formação acadêmica não está somente no olhar que eu terei ao atender uma pessoa negra futuramente, mas essencialmente na forma como eu enxergarei as manifestações implícitas do racismo comigo e com outros(as). Vale ressaltar que o racismo se instala nos ambientes institucionais de forma dissimulada. A naturalização de determinadas mortes, ligadas a um grupo de pessoas que têm raça e classe marcadas, só demonstra o pleno funcionamento do racismo. Profissionais da saúde que atuam em locais frequentados majoritariamente por pessoas negras devem assumir um papel, não somente ético ou moral, mas institucional. Devem conhecer e atuar de acordo com os cumprimentos da Lei. Trata-se, portanto, de tomar para si a responsabilidade de ser crítico(a), observador(a) e político(a).

A prática antirracista, no entanto, não surge espontaneamente, ela é fruto de uma educação que preza a reflexão acerca das diferenças sociais. Ao longo deste trabalho, pode-se ver como o racismo institucional está também nas instituições de ensino e deve ser superado já na formação dos profissionais da saúde.

2.4 O PAPEL DO ATIVISMO DIGITAL NA PROMOÇÃO DO DEBATE ANTIRRACISTA DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

*“Num mundo assim transformado, todos os lugares tendem a tornar-se globais, e o que acontece em qualquer ponto do ecúmeno (parte habitada da Terra) tem relação com o que acontece em todos os demais.”
(Milton Santos)*

Uma das medidas elencadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para conter a disseminação do vírus foi o isolamento social. Esta medida faz com que os meios virtuais sejam essenciais para a comunicação. Nesse contexto, uma

parte da população passa a estar mais presente nos meios virtuais do que nos presenciais.

Eventos pontuais a nível mundial e nacional, como o assassinato de George Floyd, no dia 20 de maio 2020, nos Estados Unidos, e o de João Pedro, sete dias depois aqui no Brasil, levaram à realização de uma série de debates que tinha como principal objetivo informar e fomentar a discussão sobre o racismo e as suas consequências. A exemplo disso, tivemos durante semanas a *hashtag*¹⁰ *Black Lives Matter* em evidência nos noticiários e nas redes sociais.

Dados o isolamento social e o maior acesso aos meios digitais, as transmissões online ao vivo, fossem elas informativas (ROBALINHO, BORGES, PÁDUA, 2020), de entretenimento (COSTA, 2020) ou ativistas, como é o caso das utilizadas no escopo deste trabalho, se tornaram uma grande tendência. Por conta disso, os debates a respeito do racismo se deram nesse formato, chamado amplamente de *live*. As *lives*, muitas vezes realizadas por pessoas negras, nos faziam lembrar o quanto ainda se precisa avançar nesse debate e dar protagonismo para as pessoas negras falarem sobre suas próprias dores, conquistas, vivências e para que não tenham suas subjetividades roubadas pelo racismo.

Entendo neste trabalho que as *lives* realizadas no período da pandemia do covid-19, com objetivo de informar e politizar um determinado grupo de pessoas, encaixa-se na noção de *ativismo digital*. Em linhas gerais, o ciberativismo ou ativismo digital é uma prática existente desde que a cultura cibernética foi implementada na sociedade (VILELLA, 2012; FILHO, 2016). Os(as) idealizadores(as) das *lives* acabam fazendo um papel político importantíssimo frente ao contexto político negacionista, racista e fascista da atualidade brasileira. Há estudos publicados que se propuseram a estudar o avanço da direita no Brasil e como essa cultura conservadora barra o avanço de garantias de direitos básicos de populações invisibilizadas (LIMA, FONSECA, 2020; SOLANO, 2018; BIRITY, 2020)

Por fim, reitera-se que os conceitos aqui levantados e o histórico feito a partir de cada temática serão essenciais para a construção da análise teórica deste trabalho. O acesso aos meios digitais no momento de isolamento social, ocasionado

¹⁰ Recurso utilizado nos meios digitais para visibilizar um assunto, compartilhar e agrupar informações, geralmente de um mesmo assunto. As hashtags são identificadas através do cerquilha “#” que precede uma palavra-chave. Exemplo, se eu quiser compartilhar uma informação sobre racismo em minhas redes sociais, que eu desejo que tenha maior alcance posso colocar hashtags como #Racismo #Crítica #Raça etc.

pela pandemia do coronavírus, aliado a fatores sociais e históricos em nível mundial e nacional, fez com que o ativismo digital crescesse e surgisse uma urgente necessidade de expor e denunciar a problemática do racismo no Brasil e no mundo.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO

A fim de atingir os objetivos deste trabalho, analisou-se como se deu o debate na área da saúde sobre racismo em *lives* na plataforma *YouTube*, nos períodos de maio a setembro de 2020. O método investigativo utilizado é de cunho qualitativo que, segundo Gatti e Andre (2011), surge para se contrapor à concepção positivista de ciência. Para esses autores, o método qualitativo leva em conta o *eu* em suas pesquisas. Identifico-me com essa metodologia, visto que, como já dito no começo do trabalho, toda e qualquer pessoa que fala parte de um lugar, com sua história e vivência.

Como pesquisadora, não há como desvencilhar os meus posicionamentos e minhas questões pessoais, referentes a minha trajetória, da pesquisa deste trabalho. Portanto, o método qualitativo, para essa pesquisa, é o que melhor se encaixa, visto que busca a interpretação em lugar da mensuração, a descoberta em lugar da constatação, e assume que fatos e valores estão intimamente relacionados, tornando-se inaceitável uma postura neutra do(a) pesquisador(a) (GATTI; ANDRE, 2011). Além disso, há outra razão que caracteriza esta pesquisa como qualitativa: a fonte direta de análise, que neste caso são *lives* realizadas no *Youtube*, não tendo interferência ou criação de ambiente artificial (BODGAN; BIKLEN, 1994).

3.2 AMOSTRA

A amostra deste trabalho é uma amostra de conveniência composta por *lives* que foram realizadas dois meses após o início da pandemia do COVID-19, mais especificamente a partir de maio de 2020. O mês de maio foi um momento marcante em nível mundial, pois logo após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos naquele mesmo mês, as manifestações do *Black Lives Matter* voltaram com

toda a força. Aqui no Brasil, dias depois, ocorreu o assassinato do adolescente João Pedro, morador de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Possivelmente esse homicídio ficou em evidência em decorrência das manifestações dos Estados Unidos que estavam latentes, pois o genocídio da juventude negra nem sempre ganha destaque na mídia nacional. Tais mortes só podem ser explicadas através da compreensão do racismo enquanto organizador da nossa estrutura social (ALMEIDA, 2018). Pela primeira vez na televisão brasileira¹¹ formou-se uma bancada somente de jornalistas negros e negras discutindo sobre racismo e a violência que, especialmente jovens negros, sofrem no Brasil. Possivelmente o maior acesso aos meios virtuais no período do isolamento social durante a pandemia do covid-19 bem como a onda de manifestações em nível mundial e nacional geraram um debate maior sobre racismo nas redes sociais. Eu, inclusive, participei dessa movimentação, realizei quatro *lives*¹² que tinham como principal temática o racismo, as quais resultaram em outras oportunidades de palestras sobre a mesma temática neste período, mas em outros formatos.

A escolha das *lives* como fonte dos dados de análise se deu por conta dessa ampla disseminação no período de quarentena imposto pela pandemia. Outro motivo vem do fato de as *lives* serem transmissões ao vivo, sendo um mecanismo de comunicação mais próximo do público, uma vez que este pode interagir sincronicamente, enviando comentários que podem ser lidos e respondidos pelo(a) responsável da live, seja palestrante, artista etc.

O *Youtube* foi escolhido, pois a plataforma permite pesquisar descritores, o que facilita a busca pelo vídeo de interesse, diferente de outras redes sociais, em que é necessário pesquisar por *hashtags* ou perfis pessoais. Apesar de ser sabido que em outras redes sociais as *lives* também fizeram sucesso, aqui optou-se abordar o fenômeno das *lives* para o *YouTube*. A plataforma *YouTube* foi escolhida por ter um perfil público mais heterogêneo e com caráter mais institucionalizado do

¹¹ É possível ter uma noção do que foi este momento histórico no *link* a seguir. Felizmente tive o privilégio de acompanhar ao vivo este momento histórico. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/entretenimento/globonews-vai-ao-ar-com-todos-os-jornalistas-negros-pela-1a-vez/>

¹² Uma delas, está disponível na plataforma do *YouTube* Para acesso: https://www.youtube.com/watch?v=FosG9UvChdM&t=2741s&ab_channel=SBFaSociedadeBrasileira deFonoaudiologiaSBFaSociedadeBrasileiradeFonoaudiologia

que pessoal. Além disso, é possível procurar por descritores mais facilmente do que em outras plataformas como *Facebook* e *Instagram*, por exemplo.

3.3 COLETA DE INFORMAÇÕES

A coleta de informações foi realizada por meio da plataforma digital *YouTube*. Utilizou-se o campo de busca da própria plataforma para procurar os vídeos, com descritores que foram pensados previamente. São eles: *live*, racismo, nome das áreas da saúde (Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional). Sabe-se que há diversos debates que permeiam o conceito de “área da saúde” e de quais as profissões integram essa área. Não será abordada essa discussão. Como ponto de partida optou-se por profissionais que possuem nível superior que esteja diretamente relacionado com o sistema de saúde, previsto no Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Resolução n. 287/1998, que são: Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional. Todas essas profissões estão regulamentadas por Leis Federais ordinárias para cada uma delas (AITH, GERMANI, BALBINOT, DALLARI, 2018).

3.3.1 Critérios de inclusão

Como critério de inclusão ficou definido que:

a) As *lives* devem apresentar no título uma, ou mais, das seguintes palavras: racismo, antirracismo, relações raciais ou étnico raciais. Além disso, deve constar o nome de, pelo menos, uma das áreas da saúde, assim como deve haver, pelo menos, um ou uma profissional da saúde na discussão; também são incluídas *lives* que apresentem no título o debate sobre a formação acadêmica.

b) Somente analisam-se *lives* no período de maio a setembro de 2020.

c) Selecionam-se para discussão apenas *lives* com mais de 300 visualizações. Parte-se do princípio de que este é um número bastante expressivo para uma *live*.

d) O canal de promoção da *live* deve ser institucional, podendo ser de universidades, conselhos, órgãos etc, desde que não seja um perfil pessoal do(a) profissional de saúde.

3.3.2 Critérios de exclusão

Serão excluídas, por sua vez, todas as *lives* que não satisfizem todos os critérios de inclusão.

3.4 LOGÍSTICA

A pesquisa foi organizada em cinco etapas:

I. Busca pelo material na plataforma *Youtube*, através do campo de pesquisa da própria plataforma com os seguintes descritores: *live*, racismo, área da saúde (Psicologia ou Fonoaudiologia ou Medicina etc. - exemplo na figura 1).

II. Anotação de todas as *lives* que se encaixam nos critérios de inclusão em uma planilha criada para esse fim.

III. Seleção das *lives* a serem analisadas e discutidas neste trabalho. Foi selecionada uma *live* de cada área da saúde. As *lives* escolhidas têm como objetivo representar as áreas em questão.

IV. Visualização e transcrição de todas as *lives*. Vale ressaltar que não foi feita a transcrição da *live* inteira, somente das partes em que havia discussão prolongada sobre algum tópico relacionado à temática do racismo. Não foram transcritas partes como, por exemplo, saudações, comentários sobre como os interlocutores estavam reagindo e outros comentários que não faziam alusão ao debate proposto para a *live*. Nas discussões, é possível visualizar alguns fragmentos retirados da transcrição.

V. Leitura das transcrições para levantamento dos temas mais discutidos e análise.

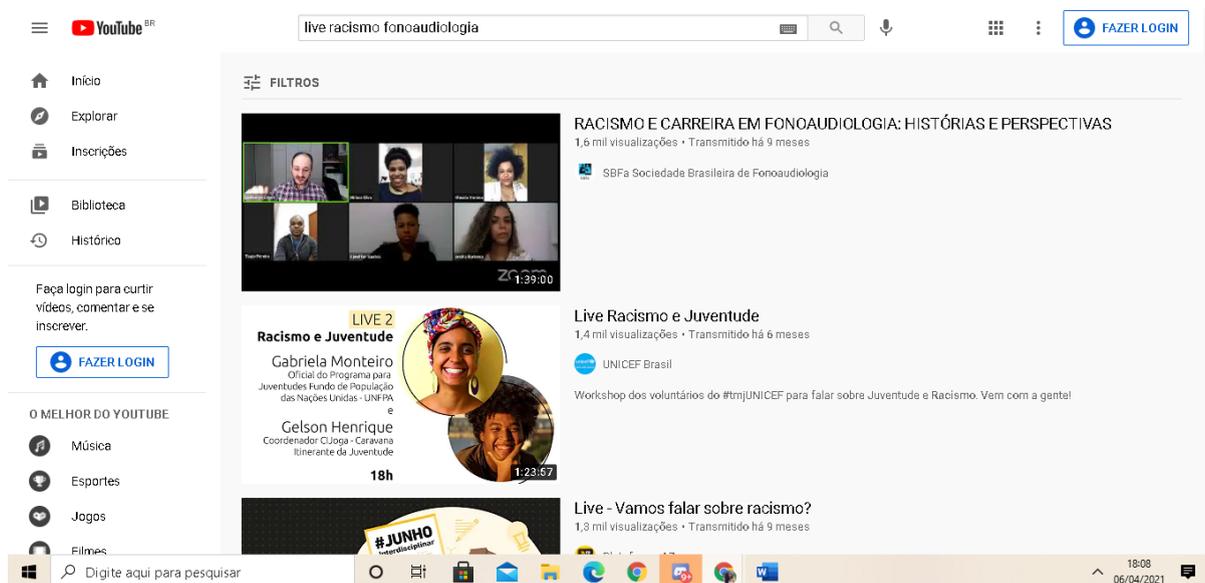


Figura 1: etapa 1 da Pesquisa. Na foto, observa-se um explícito de como ocorreu tal etapa. Há no campo de pesquisa da plataforma os descritores utilizados.

3.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Como se trata de um trabalho que teve como base a análise de informações que se encontram em uma plataforma digital pública, não foi necessária a aprovação do projeto em comitê de ética. Foram analisadas *lives* que estão disponíveis ao domínio público.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira etapa da coleta de dados e levantamento das *lives* foi marcada por um analisador importante que eu, enquanto pesquisadora, não poderia deixar passar despercebido: o racismo. Para lembrar, é uma etapa das buscas pelo material a ser analisado. À medida que eu encontrava as *lives* que se encaixavam nos critérios, eu entrava no canal em questão e analisava as outras *lives* que ocorreram no mesmo canal a respeito de outros assuntos que não o do escopo deste estudo.

Eu verificava se, de fato, havia aumentado a atividade do canal em relação ao período pré-pandemia e, especialmente, se havia tido outras *lives* sobre racismo no canal. Em relação a este último ponto, com o decorrer do tempo, meu olho passou a ficar treinado para procurar pessoas negras nos vídeos realizados, e o susto era o mesmo: essas pessoas sempre estavam falando sobre racismo. Quando eu olhava para outras *lives*, que tratavam de outros temas sobre a área de saúde em questão, que também possuem igual relevância, eu percebia que os(as) convidados(as) eram sempre brancos e brancas. Esse comportamento se repetiu em quase todos os canais nas mais diversas áreas. Somente um único canal não repetiu este comportamento: Canal da Associação Brasileira de Pesquisadores e Pesquisadoras Negros e Negras (ABPN). Não é estranho que este canal tenha mais pessoas negras em *lives*.

O fato de os canais terem convidadas(os) negras(os) só para falarem sobre racismo diz muito sobre como a branquitude olha corpos negros e a posição de sujeito em que estes corpos são colocados. Embora os(as) idealizadores(as) das *lives* tragam a discussão das relações raciais para o canal de suas devidas Instituições, ao mesmo tempo revelam seu próprio racismo e falta de reflexão quando não chamam pessoas negras para estarem em outros debates. Automaticamente, alimentam a narrativa da história única. Pessoas negras só sabem falar de dor e racismo? Onde estão os(as) profissionais da saúde negros e negras especializados(as) e capacitados(as) para compor mesas de debates? Não chamar profissionais negros(as) para discutir sobre assuntos diversos sinaliza uma descontinuidade da discussão sobre o racismo nas práticas diárias, além de revelar

uma fragilidade no processo de envolvimento com a luta antirracista. Era necessária essa sinalização antes de entrarmos nos resultados e discussões de fato.

Na tabela 1, logo abaixo, tem-se o total de *lives* encontradas no *YouTube* por cada área da saúde com os critérios de inclusão e exclusão. No total, foram encontradas 10 *lives* para 14 profissões da área da saúde, no período de maio a setembro de 2020. Psicologia foi a área que apresentou o maior número de *lives*: foram 6 no total. Por outro lado, Biologia, Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição e Terapia Ocupacional não apresentaram nenhum resultado dentro do período de análise. Educação Física, Fonoaudiologia, Odontologia e Serviço Social apresentaram apenas 1 *live* cada.

TABELA 1: LIVES POR ÁREA DA SAÚDE COM CRITÉRIO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

ÁREA DA SAÚDE	Nº DE LIVES
Biologia	0
Biomedicina	0
Ed. Física	1
Enfermagem	0
Farmácia	0
Fisioterapia	0
Fonoaudiologia	1
Medicina	0
Medicina Veterinária	0
Nutrição	0
Odontologia	1
Psicologia	6
Serviço Social	1
Terapia Ocupacional	0
TOTAL	10

A tabela a seguir contém uma descrição dos critérios de inclusão: título, canal e o número de visualizações das *lives* selecionadas. A partir dela conseguimos observar quais as áreas apresentaram maior número de visualizações, por exemplo a da Psicologia teve o maior número de *views* em uma das *lives*, chegando a 4809, seguida pelo Serviço Social que obteve 2837. As *lives* da Fonoaudiologia e Educação Física também tiveram números altos de visualização com 1655 e 1020 respectivamente.

TABELA 2 : LIVES POR ÁREA DA SAÚDE COM A DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Título	Área	Canal	Visualizações
(Des)encontros entre Educação Física e Relações Étnico-Raciais	Educação Física	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)	1.020
Racismo e Carreira em Fonoaudiologia: histórias e perspectivas	Fonoaudiologia	Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia	1.655
Racismo estrutural: um desafio para a formação em odontologia	Odontologia	PET Odontologia UFRGS	618
Live da ABPN- Psicologia e relações raciais: debatendo formação e pesquisa à luz da Lei 10639/03	Psicologia	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)	400
Famílias diversas- Episódio 3: Relações raciais, racismo e Psicologia	Psicologia	Associação de alunos, egressos e colaboradores do núcleo de família e comunidade da PUC-SP (Anexa NUFAC)	551
Psicologia e antirracismo na marcha pela vida	Psicologia	Conselho Federal de Psicologia	4.809
Formação antirracista em Psicologia: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	Psicologia	Colegiado Psicologia UFBA	923
Educação antirracista: contribuições da psicologia	Psicologia	Centro Pedagógico UFMG	432
Palestra: dialogos com psicologia: a branquitude e a luta antirracista	Psicologia	Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB)	1.407

Movimentos antirracistas e o Serviço Social no combate ao racismo	Serviço Social	Cortez Editora	2.837
---	----------------	----------------	-------

Do levantamento inicial, foram selecionadas 5 *lives* para análise e discussão, que estão representadas na tabela 3. Foi selecionada uma *live* de cada área da saúde, pois um dos objetivos é analisar como diferentes áreas estão debatendo a temática que estamos abordando. O critério utilizado para selecionar uma das *lives* de Psicologia foi prestigiar o trabalho de profissionais negros(as), atendendo os princípios desse estudo. Por isso, foi escolhida a *live* da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN).

Ademais, a tabela 3 apresenta o perfil de gênero e raça dos(as) participantes, o que dará uma visão ampla sobre quais corpos estão debatendo nas *lives*. Observou-se que nas cinco *lives* analisadas há um total de 22 pessoas, sendo 8 homens (5 negros e 3 brancos) e 14 mulheres (10 negras e 4 brancas). Em nenhuma das *lives* apareceu a presença de profissionais de outras raças, deixando a pergunta: onde estão os profissionais indígenas?

TABELA 3: LIVES SELECIONADAS PARA ANÁLISE

Área	Título	Canal / Instituição	Sexo e raça						Nº Vis.
			M			F			
			N	B	I	N	B	I	
Fonoaudiologia	Racismo e carreira em fonoaudiologia: histórias e perspectivas	Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa)	1	1	0	3	0	0	1655
Psicologia	Live da ABPN- Psicologia e relações raciais: debatendo formação e pesquisa à luz da Lei 10639/03	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)	1		0	1	1	0	918
Educação Física	(Des)encontros entre Educação Física e Relações Étnico-Raciais	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)	1	1	0	2	1	0	1011
Odontologia	Racismo estrutural: um desafio para a formação em odontologia	PET Odontologia UFRGs	2	1	0	1	2	0	618

Serviço Social	Movimentos antirracistas e o Serviço Social no combate ao racismo	Cortez Editora			0	3		0	2.837
----------------	---	----------------	--	--	---	---	--	---	-------

Legenda: F= Feminino; M= Masculino; N= Negro(a); B= Branco(a); I= Índigenas.

Antes de entrar nas discussões, acredito ser importante explicitar que este escrito, ao que se propõe, não dá conta de abranger tudo. Os critérios de inclusão acabam excluindo muitas *lives* realizadas no mesmo período. Portanto, os resultados aqui apresentados não dão conta de representar a totalidade. No entanto, para composição da completude desta pesquisa, está disponibilizada ao final do trabalho uma tabela com a totalidade das *lives* encontradas, inclusive as que não entraram no escopo. As *lives* foram excluídas por diferentes razões: não apresentarem o termo racismo, relações raciais ou formação no título da *live*; terem uma temática muito específica, como por exemplo reflexões sobre mulher negra, saúde mental da população negra; possuírem o número de visualizações inferior a 300 ou serem de canais não institucionais.

4.1 ESCUTANDO PROFISSIONAIS DA SAÚDE QUE ESTÃO NA LUTA ANTIRRACISTA

Um dos objetivos era investigar quais os assuntos mais debatidos nas *lives* e analisá-los. Deste modo, após a visualização e transcrição das *lives*, observaram-se discussões que são estabelecidas por todas as *lives* de forma unânime: falta de representatividade de negra da vida; revertendo a lógica racista: a universidade que precisa dos(as) negros(as); utilizando artifícios de nossos ancestrais: os quilombos contemporâneos; caras pessoas brancas, eis aqui um chamado; e, por fim, o pioneirismo dos(as) negros(as) em espaços institucionais importantes.

As *lives* selecionadas tinham um propósito de informar e fomentar a discussão sobre as questões raciais nos devidos campos de atuação. Contudo, apresentavam diferentes abordagens da temática em formatos também distintos. Por isso, é necessário compreender os contextos de cada uma isoladamente.

A *live* intitulada “*Racismo e carreira em Fonoaudiologia: histórias e perspectivas*”, transmitida pelo canal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa), foi apresentada por Leonardo, que é um homem branco fonoaudiólogo membro da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa), mas foi conduzida por

Glaucia Verena, mulher negra especialista em voz e mestre em ciências da reabilitação. Além disso, teve três convidadas(os), Miriam Mitê, mulher negra especialista em voz e motricidade orofacial e mestre em linguagem, Tiago Pereira, homem negro e professor universitário da Fonoaudiologia, e Djeniffer Santos, mulher negra e especialista em voz. Glaucia Verena conduziu a discussão com perguntas, colocando suas visões, trazendo estatísticas e interagindo com os comentários dos(as) participantes. Foi uma discussão com um tom mais descontraído, mas bastante enriquecedor para os participantes que, no chat, reforçaram com comentários positivos a importância da *live*.

As *lives* da Educação Física, da Psicologia e do Serviço Social tiveram uma característica em comum: todas se igualavam a uma palestra. Todos(as) os(as) convidados(as) eram especialistas na discussão da relação étnico racial, doutores(as) ou mestres. Fizeram discussão totalmente acadêmica e embasada teoricamente. Nesse formato de palestra, o(a) mediador(a) conduz a *live*, os(as) convidados(as) possuem um tempo para dissertar sobre o tema de forma livre, abrindo a discussão, e, por fim, os(as) interlocutores(as) presentes no chat têm um momento para perguntas.

A *live* da Educação Física, oferecida pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), contou com a participação de um homem branco Educador Físico, Vicente Molina, que somente abriu a mesa de discussão; um mediador negro, Educador Físico, Pedro Milagres, que fez as mediações e atentou-se para as trocas feitas no chat; além de três convidadas, sendo duas mulheres negras Educadoras Físicas, a mestre e doutora em educação chamada Ivy Guedes, e a Josiane Climaco professora especialista da rede estadual de ensino da Bahia e uma mulher branca, também Educadora Física, a professora Beleni Salete, doutora em educação e pós doutora em antropologia social. Esta *live*, diferente das outras, traz bastante discussão no campo da Educação, mas possui elementos interessantes para a discussão deste trabalho.

A *live* da Psicologia escolhida foi realizada no canal Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Contou com a participação de um convidado e uma convidada, Abrahaão Oliveira, homem negro e professor universitário integrante do corpo docente de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF); a professora da UNICAMP Angela Soligo, que é uma mulher branca, doutora em Psicologia; e com a participação de uma mediadora psicóloga e mulher negra, Clélia

Prestes, doutora em Psicologia Social. Os integrantes da mesa discutiram sobre o currículo de Psicologia e o caminho que a área precisa percorrer para ser decolonial.

A *live* do Serviço Social, no canal da Editora Cortez, foi a única que tinha três mulheres negras na discussão. A mediadora Márcia Eurico, mestre em Serviço Social, e as convidadas Dulce Maria Pereira, arquiteta, professora e pesquisadora na Universidade Federal de Ouro Preto, e Roseli Rocha, professora doutora e graduada em Serviço Social, fizeram uma discussão que passou pela caminhada longa que o Serviço Social vem percorrendo em relação às discussões étnico-raciais, além de um debate avançado sobre marxismo e política. Vale ressaltar que a *live* fazia parte de uma série de *lives* chamada Movimentos Antirracistas Marxismo e Serviço Social em que havia discussões pertinentes que atravessam as questões raciais.

A *live* da Odontologia foi a mais diferente das citadas anteriormente, pois os(as) acadêmicos(as) responsáveis fizeram uma apresentação em formato de *slides*, em que trouxeram dados e explicaram conceitos importantes para entender as questões raciais no Brasil, como por exemplo o racismo estrutural e interseccionalidade. Após a exposição sobre o tema, houve uma discussão com um convidado e uma convidada, tendo um professor de Saúde Coletiva como mediador. A *live* foi realizada pelo canal PET Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Participaram os(as) acadêmicos(as) de Odontologia Gustavo Almansa, homem negro, Isadora Carvalho e Roberta Machado, ambas mulheres brancas, integrantes do PET. Ao final, tiveram discussões com o convidado Antônio Iponema, homem negro e professor universitário, e com a convidada Emilly Santos, mulher negra, cirurgiã dentista recém formada pela UFRGS. Tal discussão foi mediada pelo professor doutor em Saúde Coletiva Matheus Neves, que é um homem branco.

4.1.1 A falta de representatividade negra durante a vida

Iniciarei refletindo sobre o conceito de representatividade e os impactos da ausência de pares durante a formação acadêmica e na maioria dos outros ambientes, sejam eles institucionais ou não. Antes de entrar no campo dos

conceitos, é preciso assegurar que está explícito para o leitor que vivemos em um mundo onde há uma padronização de um determinado corpo, sendo ele o branco, magro, cabelo liso, olhos claros, cis e heterossexual. Estes corpos estão por todas as partes, como em novelas, revistas, outdoors, e estão nos representando politicamente. Esse bombardeamento de informações brancas faz-nos criar automaticamente uma imagem padronizada de quais corpos devem e podem ocupar lugares sociais de prestígio. Ora, aqui é possível compreender o relato do início deste escrito, no qual expus que meu *eu* do passado tinha o desejo de alisar o cabelo, tirar as partes “pretas” de meus joelhos e cotovelos. Naquela época, não me disseram em palavras que meu corpo era impróprio, mas desde que eu me coloquei na linguagem e passei a entender o mundo fui bombardeada com corpos que não me representam em nada. É disso que se trata representatividade.

bell hooks¹³ relata os impactos do racismo explícito dos EUA durante o período da segregação racial, em que era impensável o lugar de intelectual para mulheres negras. Essa autora já trazia essa angústia da falta de representatividade em seus escritos de 1981:

Uma mulher negra bem vestida e limpa, conduzindo-se a si mesma de uma maneira apropriada, era usualmente alvo de lama atirada por homens brancos que ridicularizavam e vaiavam os seus esforços de melhoramento. Eles relembavam-na de que aos olhos do público branco ela nunca seria vista como digna de consideração e respeito (HOOKS, 1981, p. 41).

Ainda que o racismo no Brasil não tenha sido legitimado de forma jurídica, após a abolição da escravidão como foi nos EUA (BLAUNER, 1972), é possível fazer uma analogia a partir deste relato de bell hooks. Neste fragmento da escritora, torna-se perceptível quão forte é a sensação de não pertencimento de uma mulher negra. Transfiro esta sensação para a vivência de todas as pessoas negras, como sendo um resquício da época da escravidão, mas que foi se reinscrevendo em novas formas de opressão. Ou seja, a sociedade continuou e continua produzindo formas de exclusão e violência, mesmo após a reconfiguração do sistema econômico da escravidão para o capitalismo (SOUZA, 1983).

Temos alguns exemplos desta falta de representatividade nas falas das *lives*. Miriam Mitê expõe a falta de representatividade durante a graduação: “*Eu era a*

¹³ Por uma decisão política da própria autora, seu nome é referenciado com letras iniciais minúsculas.

única negra da turma. Então, não foi fácil assim, estar numa turma de graduação e não ver ninguém com a tua cor e você perceber que tem que dar o máximo de si.”

Atualmente, Miriam trabalha com personagens negros e negras no seu fazer clínico, para que seus pacientes se enxerguem em bonecos e bonecas e sintam-se representados.

Antônio, da *live* de Odontologia, relata que na sua época de escola não haviam professores(as) como referência, além de ele e seu irmão serem os únicos negros da escola:

Desde pequeno estudei em uma escola e eu e meu irmão éramos os únicos negros. Muitos amigos mais próximos desconhecem que a gente sofria racismo. A gente sempre sofreu calado. Quando a gente vai crescendo a gente se empodera.

Hoje, como professor universitário, ainda ocupa esse espaço de único negro no corpo docente da Odontologia da Faculdade em que atua. Um dos depoimentos mais marcantes foi o de Djeniffer Santos, no qual, com lágrimas nos olhos, lembrou sua trajetória na graduação e relatou o quanto precisou se moldar a um determinado padrão para ser aceita. Precisou mudar a linguagem, o estilo, o cabelo, justamente por não se enxergar e não se encaixar nos padrões. O choro de Djennifer diz muito sobre as ausências pelo caminho, não só da graduação. Ao final de seu discurso, ela definiu sua lembrança dolorosa em uma frase simples, mas significativa “*não foi fácil*”.

Abrahaão, na *live* para a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras, também relata sua experiência enquanto homem negro na universidade e em muitos locais de sua vida:

*Quando eu estava na universidade fazendo meu curso, eu tinha um sentimento muito difícil de ser elaborado, era **um sentimento de inadequação, de deslocamento, de não saber o que estava fazendo ali.** A Universidade se apresentava como um espaço extremamente hostil, mas, em silêncio, em absoluto silêncio a respeito da minha existência. Esse silêncio fazia com que eu não percebesse essa situação. Fui fazer terapia, psicanálise, terapias corporais, que **em nenhum momento houve possibilidade de uma escuta do modo como eu me sentia, como eu sentia meu corpo, meu espírito, como eu me sentia na cidade. porque esse modo estava conectado a essa inadequação a essa situação de ser negro.***

É interessante observar que o choro de Djennifer está também ligado a inadequação de ser negra em um local embranquecido. A Universidade, portanto, tem um papel essencial no combate ao racismo. Enquanto Instituição formadora e pensadora, é imprescindível que se tenham ações efetivas de combate ao racismo. Como já sinalizado neste trabalho, temos um instrumento importante para que a universidade possa assumir o seu papel: a Lei 10639 e a 11645. Essas legislações normatizam a obrigatoriedade do ensino da Cultura, da História e das Relações Étnico-Raciais nos espaços educacionais no Brasil. Para o Ensino Superior, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCN), desde 2004 regulamentada juridicamente para que seja implementado o estudo das relações raciais em todos os currículos.

A maioria dos depoimentos que trouxe até então são de pessoas que se formaram nos anos 1980/90, exceto o de Djennifer. Trarei o depoimento de Emilly, que se formou há 1 ano (2020), pois, dessa forma, conseguimos observar que apesar dos anos terem passado, essa falta de representatividade ainda é uma questão importante. Em seu discurso, a Cirurgiã Dentista relata uma ausência de professores(as) negros(as) na Academia: *"na graduação eu não tive aulas com professores negros da UFRGS. Mas através do novembro negro eu tive trocas com outros profesosres negros fora da UFRGS"*, em outro momento ela disse ser *"um choque chegar na universidade, em um ambiente branco"*. Ela continua seu discurso pontuando a importância e o significado do seu próprio corpo ocupar certos lugares, enquanto mulher negra e cirurgiã dentista, especialmente para outras pessoas negras.

No depoimento da professora de Educação Física branca, Beleni Saletti, há uma demonstração de como crianças negras enxergam pessoas brancas em posição de hierarquia. No início das suas práticas como professora, no final da década de 1980, ela percebeu que as crianças negras disputavam para pegar na sua mão. Em suas palavras: *"Só então eu percebi que as crianças tinham me colocado em um lugar do imaginário social de um valor que eu mesma não tinha referência daquilo (...). Eu era o ideal daquilo que a mídia passava, mas eu não tinha a menor consciência disso."*

De fato, o corpo branco da professora possibilita um espaço social privilegiado, de apreciação, prestígio e afeto. Mas como vimos anteriormente nas

referências, este espaço de privilégio não foi uma conquista pessoal da professora, foi algo construído e mantido historicamente pela branquitude, e a ela foi concedida a possibilidade de estar naquele lugar. Como ela aponta, as mídias sociais são um dos principais meios para produção desse lugar privilegiado, mas não são apenas as mídias que mantêm essa posição e sim todas as instâncias da sociedade. Percebe-se, diante desses relatos, que a representatividade é imprescindível para a saúde mental da população negra, assim como para outros grupos subalternizados socialmente.

Há muitos estudos publicados sobre a importância da representatividade de grupos declarados minoritários - no sentido de serem menos representados - pois há chances de diminuir o pensamento opressor (VAZ, 2019; CAMPOS, 2018; NWABASIL, 2017). Sendo assim, representatividade significa quando nos sentimos representados por alguém ou movimento que tem nossas mesmas ideias, características físicas, culturais, comportamentais, linguísticas. Esses representantes colocam o representado em posição de destaque (SANTOS; CHAGAS, 2020; VAZ, 2019). Ultimamente essa discussão tem ganhado espaço e não à toa apareceu nas *lives* como um dos assuntos mais levantados.

Emilly Santos trouxe uma reflexão importante na *live* da Odontologia. Ela acredita que quando tiver um filho e ele ver um professor negro, médico negro, dentista negro, isso irá fortalece-lo, corroborando com a ideia de que o filho irá se sentir representado ao se ver em figuras de destaque.

Pode-se observar que o ingresso na universidade pode vir a ser algo perturbador para a população negra. O ambiente acadêmico, por ser branco e com tantas nuances do racismo explícito e do velado, torna-se hostil. O impacto de um ambiente completamente branco e silencioso quando se trata de relações raciais acaba tendo efeitos diretos no corpo e na mentalidade da população negra.

4.1.2 Revertendo a lógica racista: a universidade que precisa dos(as) negros(as)

Neste ponto, vou me encaminhar para outros tópicos relacionados entre si que foram levantados nas *lives*: a importância do ingresso de pessoas negras na

universidade por meio da política de cotas e o aquilombamento desses iguais no processo de formação acadêmica. Para isso utilizo o argumento da professora e doutora Ângela, que é uma mulher branca, e enxerga a importância e o impacto do ingresso de estudantes negros(as):

*Nos últimos, anos, a partir de 2012, com a Política de Cotas nas Universidades Federais e Estaduais, tem um ingresso percentual de pessoas negras maior nas Universidades. (...) Com a entrada de pessoas negras na Universidade você tem uma movimentação, **mais pessoas levam a discussão e puxam a discussão**. Isso também vai aparecer nos nossos eventos. **Isso se torna essencial pra que a gente vá produzindo mudanças no dia a dia da formação.** (...) **Essas mudanças são essenciais para que a gente vá criando rupturas nesse modelo de formação monolítico, centrado na figura única, na visão branqueada, na história única.***

Chimamanda Adichie, escritora nigeriana reconhecida mundialmente pelas suas obras literárias, relata o perigo da história única. Em sua vivência nos Estados Unidos, a nigeriana percebe que a visão dos americanos sobre seu corpo, cultura, povo, terra, língua era estereotipada e preconceituosa. Adichie (2019), em sua palestra, que virou um livro, relata o que mais a impressionava: o fato de as pessoas sentirem pena dela, antes mesmo de conhecê-la. Então, ela conclui que os americanos tinham uma história única sobre a África, que por sua vez era uma história de catástrofe sem a possibilidade de reconhecimento de que seu continente é constituído de pessoas subjetivas e vivências diversas.

Os perigos dessa classificação são evidentes: as pessoas que olham a história pela perspectiva da história única não conseguem fugir de estereótipos, classificações e categorizações excludentes. Devemos concordar que a categorização de pessoas, animais, objetos, é um fator natural à cognição humana, e tais classificações trabalham de forma constante, consciente e inconscientemente (BROWN, 1920). Vimos anteriormente que as classificações foram utilizadas, no século passado, para distinguir os seres humanos (MUNANGA, 2004), mas que teve severas consequências para a população negra. Aqui, não queremos questionar a importância do sistema de classificações, pois sabemos que este é essencial para todas as áreas, especialmente para a Biologia. Mas pontuar que a forma ocidental de classificar culturas e identidades culturais de forma hierárquica, estabelecendo escala de valores de pior ou melhor, como trazido no referencial teórico, leva a uma concepção excludente (MUNANGA, 2004).

Portanto, o ingresso de pessoas negras na universidade é essencial para modificar a história única, pois só assim essa população consegue falar sobre si mesma, além de teorizar e protagonizar suas próprias lutas. É comum que muitas pessoas enxerguem a universidade como uma possibilidade de mudar a vida de pessoas negras, mas aqui proponho a inversão da narrativa: quem tem a possibilidade de melhorar e se reinventar é a própria universidade com o ingresso de pessoas negras. O aumento de alunos negros e alunas negras, de estudantes indígenas e de diversos contextos, é capaz de fomentar debates, levar outras vivências, opiniões e discussões para dentro da academia.

Seguindo a linha de raciocínio, é interessante que haja vivências plurais como as de pessoas LGBTQIA+ e as de pessoas com deficiência, por exemplo. A pluralidade e a diversidade no ambiente acadêmico são capazes de torná-lo menos colonial, além de darem mais potencial à ampliação do conhecimento. Mas, para que os impactos não sejam devastadores na vida dessas populações, os membros das Universidades precisam, o quanto antes, assumir para si a responsabilidade da escuta e, principalmente, o reconhecimento de que a colonização tem sido violenta para com essas populações.

Abrahaão, em um determinado momento de sua fala, coloca que as cotas têm sido importantíssimas para mudar a cara branca das universidades. A opinião de Matheus, professor do curso de Odontologia da UFRGS e homem branco, também dialoga com essa visão. Em suas palavras:

Quando a gente conseguiu colocar na sala de aula uma diversidade e misturar classes isso mudou também a cara das nossas formações, porque assim, não era mais levar “outra realidade” quando a gente ia em uma comunidade. (...) Isso muda a percepção, então não tô indo pra um bairro que é diferente da realidade, eu tô indo pro bairro do meu colega de turma.

Matheus havia comentado minutos antes dessa fala que quando levava seus(suas) alunos(as) brancos(as) para uma comunidade, todos(as) voltavam dizendo que era “*muito diferente da realidade*”, mas com a entrada de alunos(as) moradores(as) dessas comunidades aqueles(as) alunos(as) passaram a frequentar mais seguida e naturalmente as comunidades. A partir disso, houve uma mudança no entendimento de que esses bairros são uma “realidade diferente” para o de que são sim uma realidade real como todas as outras.

Há uma opinião que sempre perpassa pelas falas de algumas pessoas de que as cotas são políticas de reparação histórica. Tal opinião também foi apresentada em algumas *lives*. Neste trabalho, no entanto, defendo a perspectiva de que as cotas não são reparação histórica, mas sim uma medida de combate ao racismo, pois:

(...) mesmo que 100% das vagas de ensino superior fossem destinadas a alunos negros ainda não teríamos uma reparação de fato, pois as demandas da população negra vão além da concessão de vagas dentro da universidade. Além disto, penso que este debate sobre reparação histórica deveria começar a partir das ocupações geográfica e do processo de favelização no Brasil, uma vez que é a partir do momento em que se criam guetos, hegemonicamente negros, que o Estado consegue direcionar mais facilmente seus recursos de investimento como educação, segurança, saúde, transporte, acesso e outros para outros locais mais centrais e de população hegemonicamente branca. O segundo fator consiste no fato da universidade propiciar para muitos de seus estudantes brancos um primeiro contato horizontal com uma pessoa negra. Isto é, de fato, fundamental na formação profissional deste estudante branco, pois cria a possibilidade em ato de desconstruir eventuais pré-conceitos. (BATISTA, 2016, p. 16)

A implementação das cotas tem sido uma medida essencial para tornar os espaços acadêmicos mais enegrecidos. Nesse contexto, os(as) estudantes negros(as) acabam fazendo grupos por compreender que suas trajetórias são próximas, e estes laços geram uma força maior que os(as) encoraja a continuar na universidade. Ângela, em uma de suas falas, traz uma perspectiva interessante para se pensar o “aquilombar-se” de estudantes negros(as) na universidade, ela diz: *“na UNICAMP as Políticas de Ações Afirmativas e o ingresso de mais pessoas negras proporcionou um Núcleo de Consciência Negra”*.

Emilly relata que em sua experiência foi essencial ter tido pessoas negras para se fortalecer e entender que para além do racismo *“Somos pessoas que estamos ali e somos extremamente capazes de desenvolver nossas habilidades”*. Emilly, mais para frente em seu discurso, pontua que foi no processo de construção de um evento chamado *“Novembro Negro na UFRGS”* que ela começou a perceber que não estava sozinha e que não era a única que sentia dificuldade e a necessidade de correr três vezes mais.

4.1.3 Utilizando artifícios de nossos ancestrais: os quilombos contemporâneos

Nas *lives*, ficou evidente que as pessoas negras presentes buscam se fortalecer umas nas outras, assim como nossos ancestrais faziam nos quilombos no passado. Esses agrupamentos são essenciais para a saúde mental e empoderamento uns dos outros. Os discursos são pautados na força, resistência e na potência que possui a população negra reunida.

Portanto, faz-se necessária uma retomada do conceito de quilombo. Para isso, utilizo os escritos de Beatriz Nascimento, uma grande historiadora negra brasileira e contemporânea de Lélia Gonzalez, que fez considerações importantes a respeito de quilombos como instituição no período colonial e Imperial no Brasil. Segundo Nascimento (1985), aqui no Brasil a primeira referência oficial data de 1559, mas somente em 1740 as autoridades portuguesas definem, a seu modo, o significado: “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (p. 42). Essa definição foi a mesma que eu aprendi na escola, assim como também aprende-se que só existiu um quilombo: Quilombo dos Palmares. Mas o que não contavam na escola é que existiam diversos quilombos, Quilombo de Nossa Senhora dos Mares e Cabula, em Salvador, Quilombo de Catumbi, do Corcovado, de Manoel Congo, Jabaquara e tantos outros. Muitos implicam um arcabouço ideológico, visto que a fuga era uma reação ao colonialismo da época. Assim, quilombo não é só uma habitação de negros fugidos, “é um instrumento ideológico contra as formas de opressão” (NASCIMENTO, 1985, p. 15) e recebe esta definição no final do século XIX. Por isso, quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, de comportamento do povo negro e esperança para uma melhor sociedade.

É evidente que com a chegada de alunos(as) com novas perspectivas e vivências muda o processo de formação, pois eles e elas levam novas discussões para a sala de aula. Porém, muitos debates ainda não chegaram na formação. Foi possível perceber, a partir dos relatos nas *lives*, que havia um padrão emblemático em relação à ausência de um debate conceitual e institucionalmente comprometido sobre raça nas formações das áreas da saúde. Muitos(as) participantes relataram que não houve discussão sobre raça durante a formação e fazem críticas severas a esse silêncio. Há uma cobrança explícita para quebrar esse silêncio: “*por que seguimos alimentando essa mentalidade racista e não rompemos com isto na*

formação? Por que a formação também alimenta uma visão de ser humano branco, masculino e heterossexual?” questionou-se uma das participantes da *live* de Psicologia. Em outra *live*, a participante afirmou: *“nos cursos da saúde sempre são os clássicos europeus. Tem que trazer para dentro da formação epistemologias negras”*.

Portanto, é urgente e necessário que os profissionais da saúde conheçam o próprio país, conheçam a população negra em sua totalidade, para além da cor. Não há mais espaço para o desconhecimento das culturas das favelas, religiosidades de matriz africana, para as questões das lutas históricas da população negra. As pessoas brancas precisam fazer parte dessa mudança. Patricia Hill Collins (2021) entende que a invisibilização de mulheres negras é decisiva para a manutenção de desigualdades sociais, mas, neste trabalho, estenderei suas palavras para todos os grupos que sofrem opressão, “suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes” (p. 32).

Como dito anteriormente, a população negra até hoje continua nesse processo de encontrar seus pares para fortalecimento. Por outro lado temos uma branquitude que não se questiona e muitas vezes esquece que tem um papel fundamental na luta antirracista. É potente o discurso de resistência, mas não podemos somente resistir. Só há resistência quando se tem uma força de adesão e tal força vem da branquitude que, de forma alguma, não cede aos seus privilégios ou reflete sobre a vivência do seu próprio corpo no mundo, não abrindo espaço de escuta e não nos enxergando como semelhantes (KILOMBA, 2019).

4.1.4 Caras pessoas brancas, eis aqui um chamado

Entraremos, então, em outra discussão bastante levantada nas *lives*, o papel da branquitude na luta contra o racismo. Surgiram muitas falas que colocavam os(as) brancos(as) em questão. Para mim, soou como um pedido cansado, ou seja, de corpos exaustos de lutar.

Quando é que os brancos vão assumir a luta?

[o racismo] não é um assunto que precisa ser tratado somente por pessoas negras, mas sim por brancos, a branquitude precisa entender.

O momento é de que principalmente brancos e brancas entrem no campo da luta. A negrada já sabe o que tem que fazer. A gente tá dando um grande passo para a desconstrução de muros e olhares sobre nós.

Os brancos têm que se incomodar com esse sistema baseado na branquitude. Não pode ser uma luta mais travada por nós.

Compreende-se aqui que o papel das pessoas brancas é o de serem críticas quanto a sua própria branquitude. As pessoas negras sentem o racismo e são marcadas pelo racismo, desde o nascimento (FANON, 1983). As pessoas brancas, por outro lado, precisam falar sobre a dor que elas nos causam, e por isso ainda há um chamado forte para que elas se coloquem na luta antirracista. O silêncio secular de muitos(as) brancos e brancas faz com que a caminhada seja ainda mais árdua. Em alguns casos, este silêncio é acompanhado da crença de que a luta antirracista deve ser protagonizada somente por pessoas negras. Há uma grande dificuldade de diferenciar representatividade e lugar de fala¹⁴ nas lutas sociais. Portanto, é imprescindível compreender que todos os indivíduos possuem lugar de fala frente às lutas sociais (RIBEIRO, 2017).

Enquanto o racismo não gerar um sentimento de desconforto interno nas pessoas brancas, elas não mudarão. Grada Kilomba (2019) teorizou cinco mecanismos de defesa do ego, de uma forma didática, para que as pessoas brancas se tornem conscientes de sua branquitude e seu papel na perpetuação do racismo. Estes artifícios do ego seriam: negação, culpa, vergonha, reconhecimento e reparação. Observa-se nestas etapas que é necessário um intenso trabalho reflexivo. Particularmente, compactuo com a ideia de que podemos, a partir dos nossos lugares sociais, compreender minimamente o que o outro passa, através de leituras, estudos, conhecimento e, principalmente, escuta (RIBEIRO, 2017). Mas, como visto anteriormente no referencial teórico, o racismo é um sistema mais perverso e complexo, que não depende apenas de conscientização individual, pois está inserido nas estruturas sociais. Não depende, portanto, somente de reflexões, mas trago este caminho individual como possível para que se enxergue esta complexidade maior.

¹⁴ Como dito anteriormente, representatividade é a importância que um corpo tem de representar outro corpo -de forma simbólica, ideológica, cultural etc- de acordo com as suas semelhanças. Lugar de fala não é silenciar alguém, é justamente marcar o lugar social que um corpo ocupa no mundo (RIBEIRO, 2017). O lugar de uma pessoa branca, por exemplo, pode ser de opressora, o lugar de uma pessoa negra, é o de oprimido. Ambos podem falar sobre racismo, mas sempre partindo de pontos de vista diferentes.

4.1.5 O pioneirismo dos(as) negros(as) em espaços institucionais importantes

Por fim, expõe-se o último assunto mais debatido: o protagonismo de pessoas negras em vários ambientes. Há um discurso muito presente até hoje na vida de muitas pessoas negras: *"Sou a primeira pessoa da família a entrar em uma universidade pública"*. O que se observa é que, apesar de terem se passado anos após o período da escravidão, ainda somos vanguardistas em determinados locais, neste caso, em especial, na universidade. A maioria dos(as) negros e negras das *lives* analisadas relata ser o(a) único(a) do curso, o(a) único(a) da família a ter ensino superior e/ou o(a) único(a) nos seus trabalhos.

Aos poucos, pessoas negras estão ocupando lugares que há anos lhes são negados, mas ainda não na mesma proporção que ocupam na sociedade como um todo. Nos últimos anos, tivemos grandes avanços em relação à democratização e à ampliação do acesso ao ensino superior, através de medidas como: Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), na rede privada; além do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a institucionalização do sistema de cotas, que reserva vagas a candidatos(as) de determinados grupos populacionais. Mas, uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em 2020, relata que mesmo com avanços, em 2017 a população negra correspondia a 32% das pessoas com ensino superior completo. E considerando a população com 25 anos ou mais, apenas 9,3% dos negros(as) tinham ensino superior completo, enquanto na população branca havia chegado a 22,9%. Essa pesquisa da Tatiana Dias Silva (2020), demonstra que mesmo com os avanços dos últimos anos, ainda estamos longe da igualdade. Estamos compondo o corpo discente, ainda que sem uma reestruturação do ambiente acadêmico para nos receber. Precisamos estar na docência, nas teorias, nas administrações, nas lideranças, e em todos os âmbitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É tempo de nos aquilombar, é tempo de criarmos possibilidades nos nossos currículos e tempo de fortalecimento. Vejam o quanto nós resistimos, ainda temos na família pessoas que foram escravizadas, bisavôs e bisavós. Nossa história ainda é recente e está na raiz de nossas famílias. Se nós não aquilombarmos, se nós não nos juntarmos não haverá mudança. Precisamos seguir os passos de Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento e nos reconhecer! Um apoiar o outro, não soltar a mão de ninguém. Sinto-me, ainda hoje, na obrigação de fechar os buracos que eu caí na trajetória de uma pessoa negra, para que meus irmãos negros não caiam e não tropecem nos mesmos lugares. Sinto que tenho obrigação de abrir os caminhos. Precisamos sair da afonia e do bloqueio epistemológico que ainda estamos submetidos. Nós queremos falar de uma linguagem que venha de nós mesmos. Continuaremos a lutar de forma intransigente contra o racismo, machismo e patriarcado. Nada nos impedirá de construir um mundo mais humano, mais livre e justo para todos e todas. Falaremos de nós, não como aqueles que sofrem com o racismo, mas como sujeitos que constroem a nossa história.

- *Texto coletivo feito a partir das falas dos e das profissionais negros e negras das lives analisadas.*

As considerações finais começam amparadas nas falas coletivas colhidas durante o percurso deste trabalho. Se antes havia quilombos para lutar pela liberdade, atualmente lutamos contra as ressignificações do racismo na sociedade, que muitas vezes passa despercebido. Juntos entramos em um consenso de não morrer, embora eles tenham combinado de nos matar¹⁵, parafraseando Conceição Evaristo, pois esta frase resume nossas resistências.

O racismo é estrutural, pois é sustentado por estruturas de poder, materiais e simbólicas, por sujeitos e pactuações que não reconhecem o racismo como um problema da atualidade. Diante do que foi exposto no decorrer desta escrita e a partir das *lives* analisadas, observou-se uma alienação do debate no processo de formação de futuros(as) profissionais da saúde. A representatividade e pluralidade de pessoas negras em espaços institucionais, para além de ser importante para as

¹⁵ Citação que se encontra no livro *Olhos D'água*.

peças negras, é imprescindível para fomentar a discussão a respeito das questões raciais. Uma das medidas que propiciam estudantes negros(as) entrarem na universidade é a política de cotas. Nesse sentido, é imprescindível governadores, prefeitos, vereadores e presidentes que apoiam e defendem políticas de ações afirmativas. No campo individual, faz-se necessário compreender que mudanças exigem um processo interno de autoconhecimento, de reconhecimento das próprias limitações e enfrentamento de dificuldades. Igualmente importante é tornar-se agente político de mudanças em nossas comunidades e em outros espaços que circulamos, participando de formulações de políticas públicas que impactem a todos(as) e na cobrança pela efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

Este Trabalho de Conclusão abre espaço para futuras análises a respeito da representatividade de profissionais negras na área da saúde, sobre o comportamento da branquitude nas discussões raciais, através da análise de seus discursos nas *lives*, e outra análise interessante a ser feita a partir dos dados levantados diz respeito a formação biomédica mecanicista ainda presente nas formações dos(as) profissionais da saúde. Por fim, este trabalho tem caráter científico, mas acima de tudo político, pois não é possível separar conhecimento de poder.

Depois de toda essa caminhada de muitas leituras científicas, da construção e produção analítica desta pesquisa, acredito que não seja mais possível pensar em um projeto de futuro que não esteja intrinsecamente ligado ao combate ao racismo em todas as suas formas possíveis. Pensar em práticas antirracistas é pensar na sustentabilidade da vida. Os(as) profissionais de saúde podem, em suas práticas diárias, contribuir para redução significativa das iniquidades raciais, compreendendo o processo histórico do racismo e como ele se coloca em todos os âmbitos das nossas vidas. Negar o racismo não é questão de opinião, é reproduzir e legitimar todas as violências que a população negra sofre diariamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AITH, F. M. A.; GERMANI, A. C. C.; BALBINOT, R.; DALLARI, S. G. Regulação do exercício de profissões de saúde: fragmentação e complexidade do modelo regulatório brasileiro e desafios para seu aperfeiçoamento. **Revista de Direito Sanitário**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 198-218, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9044.v19i2p198-218. Disponível em:

BARRIE, Christopher. Searching Racism aer George Floyd. **Socius: Sociological Research for a Dynamic World**, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 1-3, dez. 2020.

BATISTA, Luis Eduardo; BARROS, Sônia. **Enfrentando o racismo nos serviços de saúde**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 33, supl. 1, e00090516, 2017 .

BATISTA, Alisson Ferreira. Trejetos e percursos: das (im)possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia. *In*: Batista, Alisson Ferreira. **Trejetos e Percursos: das (im)possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia**. Orientadora: Raquel da Silva Silveira. Monografia (Trabalho apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - UFRGS, Porto Alegre, 2016. p. 34.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia Social do Racismo*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 25-57, 2002.

BLAUNER, Robert. (1972), *Racial oppression in America*. Nova York, Harper and Row Publishers.

BÔAS, Lúgia Marques Vilas et al. Educação médica: desafio da humanização na formação. **Saúde em Redes**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 172-182, Janeiro 2017. DOI 10.18310/2446-48132017v3n2.816g152.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de

1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2010.

Brasília: MEC, 2001. BRASIL. Parecer CNE/CP9/2001 - **Diretrizes Curriculares Nacionais** para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001.

BRAZ, Maria Gicarlia. **A Humanização enquanto componente da formação em saúde: a visão de discentes de graduação**. Orientador: Margarete Pereira Cavalcante. 2016. 40 p. Dissertação (Mestrado em Ensino na Saúde) - Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2017.

BROWN J.D; SAYERS W,C, B. **Manual of Library Economy**: Third and Memorial editon revised by W. C. Berrick Sayers. London, 1920.

BURITY, Joanildo. Onda conservadora e surgimento da nova direita cristã brasileira? a conjuntura pós-impeachment no Brasil. **Ciencias Sociales y Religión**, Porto Alegre, v. 22, 2020.

CAMPOS, Marcio D'olone. ANO 2, No. 2 (Setembro/2019) Edição Especial Dossiê SULear Por que SULear? Marcas do Norte sobre o Sul, da escola à geopolítica. **Revista Sulear**, Minas Gerais, n. 2, p. 10-35, 1 set. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista**. Brasília: Fundação Cultural Palmares (no prelo), 2003.

CHAGAS, A. M.; SANTOS, L. S. Negros internet e ciência: a representatividade e suas webconexões. **Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 179–192, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v10n2p179-192.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1 ed. São Paulo (SP): Boitempo, 2021

COSTA, Victória Gonçalves Marques da. **Festivais de Música em Tempos de Pandemia**: Caso Festeja. Orientadora: Alessandra Baiocchi. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao programa de graduação em Administração da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de graduação em Administração.)- PUC Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. p. 43.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Ed. Fator, 1983.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 2021.

FILHO, José Marques de Vasconcelos; COUTINHO, Sérgio. **O ativismo Digital Brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. 62 p. ISBN 978-85-5708-068-3.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 25^a ed. 1, 1998

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2009.

GATTI, B. A.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). *Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29-38

GOES, Emanuelle Freitas; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. *Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00278110, 2020.

HOOKS, B. **Mulheres negras: Moldando a Teoria Feminista**. In: HOOKS, B. *Feminist theory: from margin to center*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2. 1981.

IRAY, Carone; BENTO, Maria Aparecida. **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25-58. ISBN 978-85-326-5103-7.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Cristiana Costa; FONSECA, Leilane da Silva. A nova direita e o avanço do Movimento Brasil Livre (MBL) no Brasil e no Maranhão: elementos para debate. **16^o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, Brasília (DF), v. 16, n. 1, 14 jan. 2020. *Movimentos Sociais e Serviço Social*, p. 1-11.

LIMA, Marcus Eugênio O.; VALA, Jorge. Sucesso social, branqueamento e racismo. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-19, Apr. 2004.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo as Redes: O ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Gênero**, Niterói, v. 16, n. 2, p. 55-69, 2016.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MILAM, A. et al. Are clinicians contributing to excess African American COVID-19 deaths? unbeknownst to them, they may be. **Health Equity**, v. 4, n. 1, p. 139-141, 2020.

MENDES, José Sacchetta Ramos. Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravidão e propriedade fundiária no Brasil Império. **Cad. CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 173-184, Apr. 2009

MONTEIRO, Daniele. A ONU declara o acesso à Internet como direito Universal. **Tech Tudo**, São Paulo, 14 set. 2011

MOORE, C. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Em Brandão, André Augusto P. (Org.), Cadernos Penesb 5. Niterói: EdUFF, 2004.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

OLIVEIRA, Fátima. **A saúde da população negra no Brasil**. Brasília: Organização Panamericana de Saúde, 2003.

PAIM, Jairnilson Silva. A reforma sanitária como objeto de reflexão teórico-conceitual. In: Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica [online]. Salvador: **EDUFBA**; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008, pp. 153-174. ISBN 978-85-7541-359-3.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017.

ROBALINHO, Marcelo; BORGES, Sheila; PÁDUA, Adriano. Dráuzio Varella e Atila Iamarino: uma análise dos canais do YouTube dos influenciadores digitais como fontes de informação na pandemia da Covid-19. **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, São Caetano do Sul, SP, v. 21, n. 47, 3 nov. 2020. Dossiê Comunicação & Inovação em Tempos de Pandemia, p. 22-38.

SANTOS, Romer Mottinha; MORAES, Thiago Perez Bernardes de. "Eu preciso respirar": George Floyd, Black Lives Matter e o enxame de buscas na web. In: **Racismo e Antirracismo: Reflexões, caminhos e desafios**. 1°. ed. Curitiba, PR: Bagai, 2021. cap. 16, p. 203- 2016. ISBN 978-65-89499-22-0.

SILVA, Tatiana Dias. **Ação Afirmativa e População Negra na Educação Superior: acesso e perfil discente**. Brasília: Ipea, 2020.

SILVA, J. et al. A promoção a igualdade racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional. In: JACCOUD, L. (Org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos vinte anos**. Brasília: Ipea, 2009.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: **Annablume**, 2014

SOLANO, Ester. Crise da democracia e extremismos de direita. **Análise**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 1-27, 2018.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SOUZAS, Raquel. A saúde da População Negra: uma questão de direito e equidade. **Rev. Educação Popular**, Uberlândia, n. 4, p. 94-102, 2005.

TRINDADE , Luiz Valério P. **Mídias Sociais e a Naturalização de discursos Racistas no Brasil**. In: SILVA, Tarcízio. Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos. 1ª. ed. São Paulo: Literarua, 2020. cap. 2, p. 26-36. ISBN 978-65-86113-01-3.

VAZ, Diana Medina. **A construção da identidade negra e a representatividade dos alunos negros do curso de licenciatura em Letras- Línguas Adicionais da UNIPAMPA**. Orientadora: Kátia Vieira Morais. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras – Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras. UNIPAMPA, Bagé, 2019.

VILELA, Thiago Ribeiro Franco; SILVESTRINI, João Pedro. A democratização do acesso à internet no Brasil. **V Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania: Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito**, Ribeirão Preto, n. 5, p. 251-264, out 2017.

VILLELA, Marina Cruz Vieira. **Ativismo digital : um estudo sobre blogs ativistas**. 2012. 92 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde soc.**, São Paulo , v. 25, n. 3, p. 535-549, Sept. 2016 .

ANEXOS

Tabela 3: NÚMERO TOTAL DE LIVES ENCONTRADAS EM CADA ÁREA DA SAÚDE

ÁREA DA SAÚDE	Nº DE LIVES
Biologia	2
Biomedicina	0
Ed. Física	1
Enfermagem	2
Farmácia	0
Fisioterapia	1
Fonoaudiologia	1
Medicina	1
Medicina Veterinária	1
Nutrição	1
Odontologia	2
Psicologia	32
Serviço Social	14

Terapia Ocupacional	1
TOTAL	51